



TRABALHO E INDÚSTRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM ENSAIO DE ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS SOCIEDADES DO RIO GRANDE DO SUL E DE SÃO PAULO

Ronaldo Herrlein Jr.*
Adriana Dias**

IE-00002734-5

*Ao incansável Luiz Roberto Pecoits Targa,
que sempre nos disse,
em alto e bom tom,
todas as suas verdades.*

Introdução

Este ensaio constitui-se no resultado preliminar de uma pesquisa mais ampla que vimos desenvolvendo e cujo objetivo é traçar um paralelo entre os mercados de trabalho industrial nas economias regionais do Rio Grande do Sul e de São Paulo, desde os anos 20 até 1980.¹ O período que aqui analisamos é o da Primeira República, cujo interesse

* Economista da FEE e Professor da FATES.

** Economista, bolsista do CNPq na FEE.

Os autores agradecem especialmente o apoio recebido do pesquisador Luiz Roberto P. Targa, que acompanhou nosso percurso de pesquisa com estímulo e crítica constantes. Agradecemos também aos demais colegas da FEE que criticaram uma versão preliminar deste ensaio. Eximimos a todos quanto às imperfeições remanescentes. Assinalamos, por fim, a participação dos estagiários André Eduardo M. Tucci e Liderau S. Marques Jr., acadêmicos de economia da UFRGS, que elaboraram os cálculos dos índices de Gini.

¹ Trata-se da pesquisa **Mercado de Trabalho Industrial no Brasil (1920-1980): Homogeneização e Trajetórias Regionais Comparadas (Rio Grande do Sul e São Paulo)** parcialmente financiada pela FAPERGS e pelo CNPq e que integra a linha de pesquisa Estudos Regionais Comparados desenvolvida no Núcleo de Estudos de História Econômica, Social e Política da FEE. Nossa hipótese básica de pesquisa é a de que esses dois mercados, inicialmente completamente distintos na maior parte de seus aspectos, têm suas peculiaridades diluídas com o passar do tempo, ou seja, pretendemos identificar a ocorrência de um processo de homogeneização desses mercados ao longo do processo de industrialização.

para a nossa pesquisa é dado pela possibilidade de identificar com maior clareza as singularidades regionais dos mercados de trabalho industrial, pois esse período antecede a regulamentação das relações de trabalho na indústria, levada a efeito através da extensa legislação trabalhista implantada no período pós 30.

Para tanto, na primeira seção deste ensaio, discutiremos as origens do mercado de trabalho nessas regiões, enfocando, nas duas seções seguintes, as condições de funcionamento dos mercados regionais de trabalho industrial e as relações que se estabeleceram entre burguesia industrial, classe operária e Estado. Na quarta seção, será analisado o desempenho das indústrias regionais diante das evidências levantadas nas seções anteriores. Segue-se um breve epílogo, que discute o significado da legislação social que começa a ser debatida e implementada ao longo da década de 20.

Como resultado, pretendemos apresentar, ao longo do ensaio, uma visão geral sobre como se constituíram e se caracterizaram esses dois mercados regionais de trabalho, estabelecendo, assim, as bases para uma comparação de suas trajetórias evolutivas ao longo do período posterior a 1930.

1 - As origens dos mercados regionais de trabalho

O extenso período definido pela Primeira República, de 1889 a 1930, foi marcado pelo aprofundamento do processo de transição capitalista na sociedade brasileira, a partir da desestruturação do Império e da economia escravista. A questão nuclear desse processo em curso foi a passagem da mão-de-obra escrava para a força de trabalho assalariada, que exigia a conformação de um mercado de trabalho livre e a elaboração de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho (PESAVENTO, 1989). A diversidade histórica das formações regionais brasileiras condicionou os processos de constituição do mercado de trabalho urbano-industrial nas regiões do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

No sudeste brasileiro, constituía-se o subsistema do café, fundado no trinômio grande propriedade fundiária-escravismo-agricultura de exportação, que caracterizava a maior parte dos subsistemas econômicos brasileiros. A economia cafeeira apresentava claros sinais de esgotamento ao se iniciarem os anos 70 do século passado, pois a acumulação com base no trabalho escravo era bloqueada pela progressiva escassez de mão-de-obra. A questão-chave era a impossibilidade de se obterem trabalhadores disponíveis, passíveis de assalariamento.²

A superação desse problema implicou a importação de trabalhadores imigrantes, que resultou na geração de um fluxo abundante de homens pobres rumo à empresa

² "Há homens, mas o mercado de trabalho está vazio, porque os homens, em quantidade superabundante, não podem ser submetidos pelo capital." (MELLO, 1982, p.77).

cafeieira. Suficientemente pobres para que não pudessem comprar sua própria terra ou abrir pequenos negócios; suficientemente abundantes para que se gerassem baixas taxas salariais. Parece-nos que a reconhecida importância da solução representada pela imigração para a continuidade da acumulação cafeeira define esse momento histórico como o **início da constituição de um mercado de trabalho para o capital na região de São Paulo**. A subsunção do trabalho ao capital avançava para a forma mais efetiva das relações de assalariamento.³

Na região do Rio Grande do Sul, desenvolvera-se outro subsistema com características que o faziam singular no quadro do final do Império. Essa economia regional assentava-se sobre uma estrutura fundiária dual, que contemplava a existência de grandes e pequenas propriedades situadas em zonas espacialmente separadas. Sua produção dirigia-se principalmente para o mercado interno brasileiro, atendendo às necessidades dos outros subsistemas. A grande propriedade não era agrícola nem escravista. Sua atividade econômica característica era a pecuária extensiva, que apresentava um baixo nível de absorção de mão-de-obra e pouca densidade ocupacional.

Por outro lado, a colonização do Rio Grande do Sul, predominantemente italiana e alemã, havia ensejado o surgimento de uma estrutura agrária com perfil único no País. Assentada na pequena propriedade, a produção agrícola nas colônias empregava mão-de-obra familiar, destinando-se, num primeiro momento, à subsistência dos colonos. A vinda dos imigrantes para a região do Rio Grande do Sul, estimulada com propósitos de ocupação territorial, deu-se de modo a permitir-lhes o estabelecimento como colonos, com acesso à propriedade rural, e, portanto, não como trabalhadores livres, passíveis de assalariamento. Dessa forma, no último quartel do século XIX, as colônias já estabelecidas e a possibilidade de acesso à terra representavam um obstáculo para a transformação da capacidade de trabalho em mercadoria — força de trabalho.

Para compreender a constituição do mercado de trabalho urbano no Rio Grande do Sul, é preciso ter em conta os fatores internos e naturais à economia colonial, que atuavam no sentido de fazer dela exsudarem trabalhadores livres: a limitação da propriedade territorial, a redução da fertilidade do solo e a alta taxa de natalidade.

À medida que cresciam os contingentes populacionais da zona colonial e diante da impossibilidade de ampliar sua extensão territorial ou proceder ao seu contínuo fracionamento e manter o nível da produtividade agrícola, estabelecia-se uma pressão para o êxodo rural.⁴ A parcela desses emigrantes da colônia que se destinou às cidades

³ É importante assinalar que, tratando-se de um processo histórico, a transição para as relações de assalariamento não se deu sem percalços. Assim, ao longo de todo o século passado e de parte deste século, estabeleceram-se formas transitórias de trabalho livre, como os sistemas de parceria e de colonato (CANO, 1990, p. 38-39 e 60). Para efeito de nossa argumentação neste ensaio, parece-nos suficiente um tratamento esquemático dessa transição.

⁴ Pesavento (1989) destaca também a ação monopólica-monopsônica do comerciante rural e o progressivo endividamento do colono com o Estado como fatores de empobrecimento do pequeno produtor, que impulsionavam o êxodo para as cidades.

se proletarizou, dando início à formação de um mercado de trabalho no meio urbano, que viabilizou a implantação da indústria em Porto Alegre e arredores. Anteriormente, na zona da Campanha, certas modificações econômicas, sociais e políticas haviam tornado excedente uma parcela dos trabalhadores empregados como peões nas estâncias.⁵ Os excedentes assim gerados dirigiram-se paulatinamente a pequenas localidades urbanas, ou a centros urbanos de maior porte, como Rio Grande e Pelotas, fornecendo um contingente de força de trabalho à indústria, que começava a adquirir importância (ALMEIDA, 1992).

A transição capitalista no subsistema regional do Rio Grande do Sul seguia, assim, contornos distintos daqueles que se desenhavam no subsistema do café. A instituição de relações capitalistas de produção, com capitais menores e com menor disponibilidade de força de trabalho⁶, era fruto de um desenvolvimento mais lento das relações mercantis. O momento inicial de constituição do mercado de trabalho era bloqueado pela possibilidade, mesmo que limitada, de acesso à terra. O mercado de trabalho urbano-industrial começava a constituir-se de um modo substancialmente distinto, no qual a força de trabalho necessária não fora posta à disposição do capital num só golpe, como na imigração que serviu à acumulação cafeeira, mas formara-se progressivamente, através de mecanismos fundamentalmente endógenos, próprios da transformação que se operava na sociedade gaúcha. Foi preciso que o desenvolvimento comercial dos subsistemas agrícola e pecuário estabelecesse as condições para o surgimento da indústria, simultaneamente à urbanização, para que, como parte integrante dessa mesma transformação, o trabalho assalariado fosse introduzido em escala social, dando início à formação de um mercado de trabalho para o capital.

No caso de São Paulo, a passagem anterior da força de trabalho urbana pelo trabalho no campo revestia-se de um caráter totalmente distinto do que se observava para os ex-camponeses que se assalariavam nas cidades do Rio Grande do Sul. Aquela passagem pelo campo não implicava maiores vínculos, seja com a própria terra, seja com os empregadores rurais, pois tratava-se de **relações de assalariamento no campo**, em empreendimentos capitalistas.

⁵ Dentre as modificações referidas, cabe citar o cercamento dos campos e a instalação da viação férrea, que reduziram a necessidade de peões para a guarda e o transporte do gado, bem como o arrefecimento das atividades guerreiras no Estado, o que também permitia aos estancieiros reduzir seu contingente de peões (conforme ALMEIDA, 1992, que se baseou na obra de Jean Roche **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**, de 1969). Na região da pecuária, foi mais lenta a mercantilização do trabalho, pois nela vigoravam formas de remuneração não monetárias ou esporádicas, que possibilitavam o acesso aos meios de subsistência pelo trabalhador (PESAVENTO, 1989, p. 19).

⁶ A menor disponibilidade de força de trabalho livre no Rio Grande do Sul, no contexto da transição capitalista no século passado, transparece na comparação da composição da População Economicamente Ativa dessa região frente à de São Paulo ou Rio de Janeiro. Em 1872, a primeira região apresentava uma maior participação relativa de lavradores, criadores e pescadores, enquanto, nas duas últimas, havia maior peso dos operários e da mão-de-obra engajada nos serviços eventuais. Conforme Pesavento, 1989, p. 16-17.

As diferentes origens dos mercados regionais de trabalho determinariam mais tarde, no Rio Grande do Sul, uma relativa escassez de mão-de-obra ao longo da expansão urbano-industrial dessa região. Da mesma forma, as diferentes condições regionais para a emergência de relações capitalistas de produção condicionariam profundamente as características da indústria nascente nas duas regiões.

2 - As condições dos mercados de trabalho industrial

A indústria brasileira na Primeira República pode ser caracterizada como um setor subordinado no contexto de uma economia predominantemente agrária. Mesmo ocupando uma fração minoritária da força de trabalho ativa,⁷ a indústria expandia-se rapidamente, ampliando suas exigências de mão-de-obra sobre um mercado de trabalho urbano-industrial ainda em processo de constituição. A burguesia industrial e o proletariado urbano, classes sociais emergentes diretamente envolvidas com o crescimento industrial em curso, ocupavam um papel até então secundário na estrutura de classes da sociedade brasileira.

Para avaliar a intensidade com que aumentava nos mercados regionais de trabalho industrial a demanda por trabalhadores, é importante que se tenha em conta que a indústria se expandia de modo acelerado nas primeiras décadas deste século, nas duas regiões em foco. Esse crescimento pode ser avaliado considerando-se a data de fundação dos estabelecimentos industriais existentes em 1920, conforme apresentado na Tabela 1.⁸ Verifica-se que pelo menos dois terços dos estabelecimentos industriais existentes em 1919 foram fundados entre 1910 e 1919, o que indica a rápida expansão da indústria nessa década, também verificada de 1900 a 1904, quando praticamente dobra o número de estabelecimentos nas regiões consideradas.⁹ Para o período de 1910-19, é possível estimar as seguintes taxas de crescimento do número de estabelecimentos: Brasil, 127%; São Paulo, 155%; e Rio Grande do Sul, 101%. Assim, a partir da análise da Tabela 1, parece-nos aceitável a suposição de que a indústria paulista expandia-se, no início do século, em ritmo sensivelmente superior ao da congênere gaúcha e ao da média nacional.

⁷ Segundo o **Recenseamento do Brasil 1920: população (1930)**, cerca de 12,4% dos trabalhadores ocupados no País empregavam-se em atividades industriais, definidas estas de forma muito abrangente. A ocupação na agricultura atingia então 66,7%.

⁸ Obter uma estimativa desse ritmo de crescimento comparando-se os dados do **Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927)** com aqueles da pesquisa do Centro Industrial do Brasil em 1907 seria uma temeridade, em vista das reconhecidas limitações desta última fonte. Silva (1986, p. 71-85), embora reconhecendo tais limitações dessa fonte, utiliza-se dela para especular sobre o ritmo de crescimento da indústria brasileira no início do século, que considera "espetacular". Para maiores informações sobre a restrita abrangência da pesquisa de 1907, ver Bandeira (1984, p. 147).

⁹ As estimativas de taxas de crescimento do número de estabelecimentos industriais nesses intervalos de tempo pecam pelo fato de estarem desconsiderados os estabelecimentos que deixaram de existir antes de 1919, o que tende a elevar a estimativa acima da taxa efetiva de crescimento.

Tabela 1

Distribuição dos estabelecimentos industriais, segundo datas de fundação, no Brasil, em São Paulo e no Rio Grande do Sul — 1919

DATAS	BRASIL	SÃO PAULO	RIO GRANDE DO SUL
Até 1899	11,9	9,7	11,7
Até 1904	20,2	18,0	22,3
Até 1909	30,6	28,2	33,2
De 1910 a 1919 ..	69,4	71,8	66,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0

(%)

FONTE: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p.226-247.

NOTA: Excluídos os estabelecimentos com data de fundação desconhecida.

Por outro lado, o perfil tecnológico da indústria nascente determinava que a demanda por força de trabalho fosse altamente concentrada, e, conseqüentemente, o próprio contingente operário aglutinava-se em poucos estabelecimentos. A Tabela 2, a seguir, permite avaliar essa concentração da ocupação dos operários, além de possibilitar a identificação de algumas diferenças entre as indústrias regionais.

É possível verificar que, nas duas regiões, uma pequena fração dos estabelecimentos respondia por mais da metade do emprego de operários. Tal característica era mais acentuada em São Paulo, onde 3,5% dos estabelecimentos ocupavam 64,5% dos operários industriais. O maior tamanho médio total dos estabelecimentos em São Paulo, em cerca de 46%, pode ser atribuído quase que exclusivamente às diferentes magnitudes existentes entre os estabelecimentos de maior tamanho nas duas regiões.¹⁰

¹⁰ Nos ramos têxtil e da alimentação, os maiores tamanhos médios dos estabelecimentos, segundo o número de operários, ocorriam na indústria gaúcha, onde os tamanhos médios eram superiores aos da indústria paulista em 28,9% e 116,9%, respectivamente (Recens. BR. 1920: ind., 1927).

Tabela 2

Distribuição dos estabelecimentos industriais e dos operários neles ocupados e seu tamanho médio, segundo o número de operários, por faixas de emprego, em São Paulo e no Rio Grande do Sul — 1919

FAIXAS DE EMPREGO DE OPERÁRIOS	SÃO PAULO			RIO GRANDE DO SUL			DIFERENÇAS DE TAMANHO MÉDIO (%) (SP/RS) (1)
	Estabelecimentos (%)	Operários (%)	Tamanho Médio	Estabelecimentos (%)	Operários (%)	Tamanho Médio	
Até 9	79,1	13,1	3,4	81,4	19,1	3,3	3,0
De 10 até 99	17,4	22,5	26,1	16,2	29,0	24,8	5,2
Mais de 100	3,5	64,4	368,2	2,4	51,9	304,8	20,8
TOTAL	100,0	100,0	20,3	100,0	100,0	13,9	46,0

FONTE: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p. 292-295.

(1) A diferença corresponde à seguinte equação: $(SP/RS-1) \times 100$.

Para melhor avaliar o estatuto das relações de trabalho, é importante que se tenha presente que a constituição da indústria brasileira, de um modo geral, foi marcada pela importação de máquinas e equipamentos. As características tecnológicas das mesmas suscitaram uma acentuada ruptura no perfil dos processos de produção, transformando, assim, as relações de trabalho já existentes. Se ainda ao final do século XIX era possível destacar que os industriais não podiam prescindir da habilidade manual de seus operários, os novos estabelecimentos industriais que se implantavam aceleradamente nas décadas seguintes transformavam progressivamente esse quadro.¹¹ A nova base técnica ampliava a separação entre concepção e controle e a execução do processo de trabalho, bem como a divisão do trabalho dentro da fábrica, conduzindo a um processo de qualificação-desqualificação da mão-de-obra.¹² O trabalho artesanal qualificado perdia rapidamente sua importância, e cada vez tornava-se mais fácil substituí-lo por máquinas ou por trabalhadores semi ou desqualificados (particularmente mulheres e crianças), ampliando-se, desse modo, a subordinação do trabalho ao capital. As

¹¹ Segundo Agnes (1990, p. 126), "(...) as indústrias alimentícias e têxteis que ali [em Pelotas e Rio Grande] surgiram no final do século XIX acompanharam o grau de desenvolvimento tecnológico das suas congêneres em outros núcleos de industrialização no Brasil no mesmo período. Majoritariamente elas não prescindiam da habilidade técnica do trabalhador. Os processos mecânicos relativamente escassos mesclavam-se com o trabalho artesanal, evidenciando-se a existência de um trabalhador não totalmente submisso ao capital. A exceção era dada por algumas grandes empresas que já nasceram 'prontas', isto é, com capital e tecnologia superiores à média dos padrões locais". Todavia é importante considerar que, já em 1920, eram exatamente as grandes empresas que concentravam o grosso da força de trabalho e da produção industrial.

¹² O processo de qualificação-desqualificação ocorre na medida em que há, simultaneamente, uma maior utilização de força de trabalho desqualificada (homens menos aptos, mulheres e crianças) e um aumento da necessidade de técnicos com alta qualificação para a concepção das tarefas.

características da base técnica das indústrias regionais, marcada pela rápida introdução de processos de trabalho mecanizados, combinavam-se à implantação de grandes estabelecimentos industriais.

Essa configuração da nascente indústria brasileira coloca-nos diante de um aparente paradoxo. Ao mesmo tempo em que se processa a constituição de um mercado de trabalho para o capital, elemento vital para que a acumulação industrial pudesse afirmar-se e prosseguir, é possível perceber que essa acumulação avançava no sentido de estabelecer processos de trabalho que reduziam a dependência do capital em relação ao trabalho.

O paradoxo aparente desfaz-se quando se levam em conta as características de um desenvolvimento capitalista desigual, porém combinado em escala internacional, que permitiu aos países de capitalismo tardio realizarem rapidamente a transição de suas estruturas sócio-econômicas em direção ao estabelecimento de relações capitalistas de produção. O capital industrial implantava-se no Brasil, dispondo de uma base técnica oriunda dos países de capitalismo desenvolvido, a qual representava, no contexto brasileiro, uma rápida e profunda ruptura com a rudimentar base técnica artesanal estabelecida.

A dependência do capital em relação ao trabalho reduzia-se em termos quantitativos e qualitativos. Sob outra base técnica, com maior emprego de força de trabalho, a acumulação industrial seguramente enfrentaria maiores problemas para obter braços disponíveis, dado o acentuado ritmo de sua expansão. Nesse sentido, parece que, na região de São Paulo, uma oferta abundante de força de trabalho não era o único fator que permitia à indústria uma expansão acelerada sem defrontar-se com o problema da falta de braços. Provavelmente, também as características da base técnica adotada restringiam a progressiva elevação da demanda por força de trabalho a níveis inferiores aos que se poderiam observar na ausência de processos de trabalho mais intensivos em capital.

Através da mesma Tabela 2, também é possível verificar que, no Rio Grande do Sul, os pequenos estabelecimentos desempenhavam um papel mais significativo quanto ao emprego total de operários, respondendo por quase um quinto deste. A respeito da importância e das características dos pequenos estabelecimentos industriais nessa região, parece relevante considerar um outro indicador: a proporção existente entre o número de operários e o número de proprietários ocupados nos estabelecimentos industriais, nas duas regiões.¹³ No Rio Grande do Sul, tal proporção atingia 9,9, enquanto em São Paulo era de 15,5, isto é, 57% superior. Esses dados, além de refletir a diferença de 46% no tamanho médio dos estabelecimentos nas duas regiões, indicam que havia um maior comando do capital sobre o trabalho na região de São Paulo e revelam uma maior repartição da propriedade dos estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul, bem como um maior envolvimento de proprietários com o trabalho realizado nos estabelecimentos. Havia, portanto, proporcionalmente mais proprietários

¹³ Essa proporção, obtida a partir dos dados do *Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927)*, fornece-nos uma medida do comando exercido por parte de cada capitalista individual sobre o contingente de operários, na forma de um número médio de operários por proprietário.

industriais nessa região do que em São Paulo, o que se devia, provavelmente, à existência de um número mais significativo de estabelecimentos industriais de propriedade familiar.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, essa circunstância assinala que havia uma maior margem no Rio Grande do Sul para o estabelecimento de pequenas unidades fabris, pouco dependentes do emprego assalariado de operários e, por isso mesmo, adequadas às condições de uma oferta restrita de força de trabalho. Por outro lado, isso significa que, nessa região, as condições de expropriação, ou seja, de separação da força de trabalho em relação aos meios de produção, estavam menos desenvolvidas também no meio urbano, visto que os estabelecimentos de escala artesanal, além de existirem proporcionalmente em maior número, também ocupavam proporcionalmente mais operários que em São Paulo.

Como vimos, as informações levantadas sobre o ritmo da expansão industrial no início do século sugerem que, nas duas regiões, havia uma forte pressão de demanda sobre o mercado de trabalho. As condições de oferta de força de trabalho, entretanto, divergiam substancialmente, graças às diferentes trajetórias pretéritas das formações sociais paulista e gaúcha.

Na região de São Paulo, o estabelecimento de relações capitalistas de produção no campo favoreceu sobremaneira a formação de um mercado de trabalho urbano-industrial por dois motivos. De um lado, o assalariamento anterior no campo significava uma maior possibilidade de adaptação dos trabalhadores ao regime assalariado nas cidades. Por outro lado, o fator decisivo seria exatamente o provimento de força de trabalho ao meio urbano, em razão dos movimentos cíclicos da economia cafeeira.¹⁴

A região do Rio Grande do Sul experimentava, como vimos, um processo distinto de transição capitalista. Havia uma menor extensão das relações de assalariamento no campo, bem como o processo de formação de um mercado de trabalho para o capital transcorria de maneira combinada ao processo de urbanização.

Uma análise do Censo de Salários de 1920 permitiu verificar que a maior extensão das relações de assalariamento na zona rural em São Paulo, comparativamente ao Rio Grande do Sul, mantinha-se vigente ainda no início deste século. Assim, dentre as 15 profissões assalariadas cujas remunerações foram pesquisadas nos municípios com zona rural, 12 constavam com maior frequência relativa no conjunto dos municípios paulistas e três eram mais frequentes no conjunto dos municípios gaúchos.¹⁵ A comparação dessas frequências relativas de aparecimento das profissões assalariadas nos municípios com zona rural altera-se substancialmente quando se consideram

¹⁴ Tais movimentos implicavam que, na sua fase expansiva, a acumulação cafeeira provocasse um fluxo migratório que, excedendo às suas necessidades, se dirigia ao meio urbano. Na crise, a deterioração dos preços do café fazia estagnar ou declinar o ritmo de ampliação da zona de plantio (acumulação cafeeira), o que rebaixava acentuadamente os salários e promovia o êxodo rural (CANO, 1990, p.230-31; PINHEIRO, 1977a, p.144 e 148).

¹⁵ Ver Tabela 1 do Apêndice Estatístico, onde são apresentadas as frequências relativas de aparecimento das 15 profissões no conjunto dos municípios paulistas e gaúchos com zona rural.

apenas os casos de relação de assalariamento "com sustento" (complemento de salário em espécie). Para esses casos, há maior freqüência relativa de sete profissões no conjunto dos municípios gaúchos e de oito nos paulistas. Isso também indica uma menor efetividade da relação salarial na zona rural do Rio Grande do Sul, já que esse tipo de relação "com sustento" representa um estágio menos desenvolvido de assalariamento. Também foi possível observar que, sendo os salários "com sustento" inferiores aos salários "sem sustento" nas duas regiões, a diferença entre os dois tipos de salário era, em geral, superior no Rio Grande do Sul, indicando uma maior importância relativa desse pagamento em espécie para a manutenção do trabalhador.

De outro modo, a relativa escassez de força de trabalho no meio urbano na região do Rio Grande do Sul pode ser aferida pela relação de valor entre os salários pagos na indústria e os salários vigentes nas zonas rurais, em comparação com a mesma relação na região de São Paulo. Essas relações salariais nas duas regiões podem ser observadas na Tabela 3.

Tabela 3

Relações salariais entre o salário médio na indústria e os salários normais de diversas profissões na zona rural, para trabalhadores homens adultos, no Rio Grande do Sul e em São Paulo — 1919

PROFISSÕES NA ZONA RURAL	RIO GRANDE DO SUL	SÃO PAULO
Trabalhador de enxada	1,494	1,498
Carreiro	1,434	1,373
Carroceiro	1,410	1,351
Oleiro	1,066	0,985
Arador	1,335	1,096
Tropeiro	0,882	1,455
Vaqueiro	1,773	1,436

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro. p. XXV-XXVII e 355-417.

Os dados revelam uma diferença entre salários industriais e rurais sensivelmente superior no Rio Grande do Sul em relação a São Paulo para os trabalhadores homens adultos, parcela amplamente majoritária da força de trabalho urbana e rural. À exceção das profissões de trabalhador de enxada e tropeiro e do caso dos salários médios pagos na indústria da alimentação, todos os demais indicadores apontam a existência de um

diferencial superior entre salários industriais e rurais no Rio Grande do Sul.¹⁶ De qualquer forma, observa-se, nas duas regiões, a superioridade dos salários industriais, o que provavelmente atuava em ambas como um fator de atração para o deslocamento de assalariados das zonas rurais para as cidades.

Note-se que essa diferença regional quanto às relações entre salários industriais e rurais parece inverter-se para o caso das mulheres adultas, embora se mantenha para os menores.¹⁷ Comparando-se as médias salariais das mulheres adultas no conjunto da indústria com os salários pagos às mulheres trabalhadoras de enxada, as relações encontradas são 1,653 e 1,116, para São Paulo e Rio Grande do Sul respectivamente. O significativo diferencial de salários industriais/rurais para as mulheres na primeira região, aliado a uma diferença de seus salários na indústria frente aos dos homens de apenas -26,2% (no Rio Grande do Sul era de -41,7%) provavelmente eram circunstâncias que favoreciam a inserção das mulheres no mercado de trabalho industrial e o direcionamento de mulheres assalariadas às cidades na região de São Paulo.¹⁸

Uma outra evidência das trajetórias regionais distintas de constituição dos mercados de trabalho é a proporção dos estrangeiros entre os trabalhadores ocupados. Essa proporção atingia 49,4% na Cidade de São Paulo e 17,9% em Porto Alegre, ainda em 1920, portanto cerca de três décadas após o início do grande fluxo migratório associado ao café (Conforme o Recens. BR 1920: pop., 1930). A elevada proporção de estrangeiros nas cidades da região de São Paulo, além de condicionar o perfil cultural da classe operária e de influenciar as definições ideológicas de seu movimento, expressa uma constituição acelerada do mercado de trabalho nessa região. Esse processo foi amplamente determinado pela introdução de um elemento externo ao desenvolvimento das relações sociais existentes na região, qual seja, o ingresso maciço de trabalhadores imigrantes despossuídos numa estrutura social prévia, que, dessa forma, foi radicalmente transformada em poucas décadas.

Em contrapartida, tendo em vista as trajetórias regionais descritas anteriormente, definimos a constituição do mercado de trabalho urbano na região do Rio Grande do Sul como um processo de constituição progressiva, essencialmente dependente de elementos endógenos à estrutura social em transição. Essa característica, associada ao rápido crescimento industrial do período, determinou uma relativa escassez no provimento de força de trabalho à indústria gaúcha.¹⁹

¹⁶ Na Tabela 2 do Apêndice Estatístico, são apresentadas as relações entre, de um lado, os salários médios no conjunto da indústria e nos seus três principais ramos e, de outro, os salários normalmente pagos aos 10 principais profissões assalariadas nas zonas rurais das duas regiões.

¹⁷ Para esses trabalhadores, é possível encontrar no **Recenseamento do Brasil 1920: salários (1928)** apenas os salários normalmente pagos para a profissão de trabalhador de enxada.

¹⁸ Os valores absolutos dos salários são informados na Tabela 4 do Apêndice Estatístico.

¹⁹ Agnes (1990, p.164) também define como uma situação de escassez relativa de mão-de-obra a que se apresentava nos mercados de trabalho das cidades da Campanha, a zona onde predominava a pecuária extensiva.

Existem outras evidências que reforçam essa qualificação do mercado de trabalho gaúcho, como, por exemplo, a proporção de trabalhadores com ocupação indefinida dentre o conjunto de trabalhadores ocupados. Enquanto essa proporção atingia 15,5% na Cidade de São Paulo, na Cidade de Porto Alegre ela era de apenas 8,0%.²⁰ Essa condição de ocupação indefinida, provavelmente, refletia a alternância de ocupações ou a realização de tarefas esporádicas como alternativa de sobrevivência, diante da impossibilidade de uma ocupação permanente. Trata-se, portanto, de um indicador de situação de subemprego ou até mesmo de desemprego, que atingia na Cidade de São Paulo praticamente o dobro do que se verificava em Porto Alegre.²¹

A análise dos salários e da distribuição salarial na indústria das duas regiões fornece-nos importantes indicações sobre as condições dos respectivos mercados de trabalho, além de permitir a elucidação de diferenças relevantes na composição da força de trabalho industrial segundo o sexo, bem como do impacto dessas diferenças sobre os próprios níveis salariais. O salário médio diário pago na indústria do Rio Grande do Sul superava a média salarial observada na indústria paulista, não apenas no conjunto da indústria como também na maioria dos ramos, como fica evidenciado na Tabela 4.²²

Essa diferença de salários não pode apenas ser creditada à restrita oferta de força de trabalho no Rio Grande do Sul, pois reflete também uma composição regionalmente diferenciada dessa força de trabalho. A existência de uma diferença relevante na composição dos contingentes de trabalhadores das indústrias regionais é explicitada quando analisamos a Tabela 5, que fornece a distribuição dos operários ocupados segundo idade e sexo. Em São Paulo, o peso da força de trabalho feminina na indústria era 54,8% superior ao mesmo peso na indústria gaúcha. Já quanto aos menores, a inserção destes no trabalho industrial era equivalente nas duas regiões.

²⁰ Esses dados foram extraídos do **Recenseamento do Brasil 1920, população (1930)**, v. 4, pt. 5, t1. Ver Tabela 3 do Apêndice Estatístico.

²¹ Essa interpretação para a situação dos trabalhadores que declararam profissão indefinida é sugerida por Bodea (s.d., p.25). O mesmo indicador de subemprego atingia 5,6% no Rio Grande do Sul, 7,2% em São Paulo e 4,4% no Brasil.

²² A tabela de salários médios apresentada a seguir permite que se tenha uma percepção correta da diferença entre os salários diários pagos nas indústrias regionais, pois considera a totalidade dos casos investigados. Evita-se assim o recurso de apresentar as médias salariais de apenas um ramo da indústria como representativas de seu conjunto, como fez Pesavento, citando as médias salariais pagas no ramo têxtil, constantes na introdução do **Recenseamento do Brasil 1920: salários, 1928**, (p.XI), como se fossem os dados válidos para o conjunto da indústria (PESAVENTO, 1988, p.48). No Apêndice Estatístico (Tabela 4), apresentamos os salários médios diários industriais e rurais, com dados para a totalidade dos casos pesquisados, por idade e sexo.

Ensaios FEE, Porto Alegre, (14)1:255-298, 1993

Tabela 4

Salário médio diário dos operários, segundo os ramos industriais,
no Rio Grande do Sul e em São Paulo — 1919

(em réis)

RAMOS	RIO GRANDE DO SUL	SÃO PAULO	DIFERENÇA
Têxtil	5 004	4 565	9,61%
Química	4 040	4 523	-10,68%
Alimentação	4 880	5 047	-3,31%
Material de trans- porte	6 136	5 873	4,47%
Vestuário	5 527	4 560	21,22%
Metalurgia	6 450	6 036	6,86%
Cerâmica	5 182	5 008	3,49%
Couros e peles ...	5 871	5 270	11,40%
Mobiliário	5 521	5 523	-0,04%
Madeira	4 999	5 564	-10,16%
Edificação	6 392	6 091	4,95%
TOTAL	5 169	4 861	6,35%

FONTE: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro. v.5, p.355-417. pt.2, tab.IV.

NOTA: O salário médio de cada ramo e do total da indústria foi obtido através da ponderação pelo número de casos.

Tabela 5

Distribuição dos operários ocupados na indústria, segundo idade
e sexo, em São Paulo e no Rio Grande do Sul — 1919

(%)

REGIÕES	TOTAL	ADULTOS			MENORES (1)
		Total	Homens	Mulheres	
De São Paulo	100,0	92,3	61,5	30,8	7,7
Do Rio Grande do Sul	100,0	92,2	72,3	19,9	7,8

FONTE: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p.267-270.

(1) Idade inferior a 16 anos.

A força de trabalho feminina tinha, portanto, um peso significativamente superior em São Paulo, o que provocava um rebaixamento do salário médio total dos operários paulistas. Isso ocorria porque os salários pagos às mulheres, embora significativamente superiores àqueles observados no Rio Grande do Sul, eram inferiores aos salários dos homens.²³ Para ilustrar o argumento, caberia perguntar: qual seria a diferença entre os salários médios totais, na hipótese de que a composição da força de trabalho, inclusive o peso da força de trabalho feminina, na indústria paulista fosse a mesma observada na indústria gaúcha? Essa diferença cairia a zero.²⁴

Da mesma forma, o que estamos afirmando pode ser também evidenciado através da consideração da distribuição dos operários, por sexo, segundo faixas de salários nas duas regiões. Em ambas, enquanto 49% dos homens recebiam acima de 6.000 réis, o percentual das mulheres nessa faixa salarial era de 22% em São Paulo e de 9% no Rio Grande do Sul.²⁵ Em relação aos menores, cujo peso na estrutura do emprego industrial era bem similar nas duas regiões, seu salário médio era 11,4% superior no Rio Grande do Sul.²⁶

Como se viu, havia uma inserção mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho industrial em São Paulo, por meio da qual se ampliava ainda mais, nessa região, a oferta de força de trabalho. De um modo geral, essa característica da região de São Paulo atesta uma maior mercantilização da capacidade de trabalho no meio urbano, além de evidenciar que a condição de proletarização da mão-de-obra atingia, de maneira acentuada, também as mulheres.

Parece útil interrogar por que tal fenômeno não se verificava no Rio Grande do Sul, já que uma maior participação das mulheres no mercado poderia expandir a oferta relativamente reduzida de trabalho. É provável que vários motivos tenham determinado uma menor inserção relativa das mulheres no trabalho industrial nessa região, incluindo-se entre esses motivos aqueles de natureza cultural. Nesse sentido, cabe observar que a ausência da mulher no mercado de trabalho tende a estreitar os laços familiares, ao passo que aumenta a dependência do conjunto da família em relação ao trabalho do homem.

No Rio Grande do Sul, uma das formas encontradas pela burguesia industrial para estreitar os vínculos de dependência do trabalhador em relação à fábrica envolvia exatamente as relações familiares. Ao fornecer ao trabalhador moradia para a sua

²³ Conforme foi possível constatar na análise do **Recenseamento do Brasil 1920; salários (1928)**, o salário médio pago às operárias paulistas superava em 22,3% o das operárias gaúchas.

²⁴ O efeito de rebaixamento da média salarial paga pela indústria paulista, ocasionado pelo elevado peso da participação das mulheres na força de trabalho industrial, já fora indicado sumariamente por Cano (1990, p. 228). A simulação da diferença de salários médios totais aqui apresentada, que indicaria com precisão uma média 0,2% superior em São Paulo, baseia-se na média ponderada dos salários médios por sexo e idade observados nessa região, utilizando-se como estrutura de ponderação a composição da força de trabalho no Rio Grande do Sul, segundo o número de casos constantes no Censo Salarial, do mesmo modo que os dados apresentados na Tabela 4.

²⁵ A referida distribuição é apresentada na Tabela 5 do Apêndice Estatístico.

²⁶ No Apêndice Estatístico (Tabela 4) constam os salários médios dos operários com menos de 16 anos, por ramo da indústria.

família, escola para seus filhos e outros benefícios assistenciais, os industriais gaúchos estabeleciam um forte vínculo com a força de trabalho de que dispunham. Por outro lado, há indícios de que, apesar de ser pequena a diferença entre os salários nominais nas duas regiões, o poder de compra dos salários era superior no Rio Grande do Sul. Isso permite supor que, em São Paulo, a inserção das mulheres no trabalho industrial era, em alguma medida, motivada por uma necessidade mais acentuada de ampliar a renda familiar por meio do assalariamento das mulheres.

Existem, de fato, alguns indícios de que não apenas o salário médio nominal era maior no Rio Grande do Sul como de que também nessa região os salários reais eram superiores. É o que se poderia depreender, com toda certeza, se dêssemos crédito às palavras do deputado gaúcho Simões Lopes, que, em pronunciamento na Câmara dos Deputados em 1917, advogava as vantagens do operariado urbano gaúcho frente ao das demais regiões brasileiras.²⁷ Há outros indícios que corroboram a suposição (quase um senso comum) da existência de um custo de vida relativamente inferior no Rio Grande do Sul, como a extensão regional relativa da área cultivada com culturas alimentares e a maior intensidade de utilização de tratores na agricultura gaúcha à época.²⁸

Por outro lado, para avaliar o custo efetivo da força de trabalho para a indústria, calculamos o salário médio nominal por empregado/ano (massa anual de salários e ordenados dividida pelo número de empregados). Considerando tal indicador, observamos que esse custo salarial era 10,1% superior na indústria gaúcha, um diferencial

²⁷ "O salário percebido no Rio Grande do Sul pelos operários da cidade também não era tão exíguo. Toda a gente sabe que o Rio Grande do Sul é, como se disse, um vasto celeiro de gêneros de primeira necessidade e que, portanto, aqueles operários que se acham mais aproximados e mais em contato com esse celeiro, naturalmente, terão as suas necessidades satisfeitas a um custo mais barato e mais conveniente (...) Assim é que reputo que o operário rio-grandense, em vista dos preços dos gêneros de primeira necessidade e dos artigos de consumo essenciais, não é por certo, no Brasil, a classe que mais está sofrendo." (apud PESAVENTO, 1988, p. 48).

²⁸ Apesar da dificuldade em se obterem dados sobre preços de produtos de consumo popular nas duas regiões à época, foi possível aferir que, em 1920, enquanto a população total do Rio Grande do Sul correspondia a 47,5% da de São Paulo, a área cultivada com arroz, trigo, milho, feijão, batata e mandioca nas duas regiões possuía quase a mesma extensão (dados extraídos do Recens. BR. 1920: pop., 1930, CANO, 1990, p. 283-284). Por outro lado, dos 1.706 tratores em uso em 1920 registrados pelo Censo, 47,9% estavam no Rio Grande do Sul e 23,5% em São Paulo (LINHARES e SILVA, 1979, p. 33). Também os dados de uma enquete realizada em 1952 pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social fornecem uma série de indicações sobre preços e consumo de alimentos nas duas regiões, que podem ser considerados, se imaginarmos que então ainda se refletiam as condições de preços e padrões alimentares vigentes nas décadas anteriores. Assim, a enquete indica que os gastos com alimentação nos orçamentos domésticos atingiam 35,4% em Porto Alegre e 41,1% na Cidade de São Paulo. Indica também que o consumo médio mensal por adulto masculino ou equivalente de artigos de origem animal e azeite era em média 21,9% maior no Rio Grande do Sul do que em São Paulo, destacando-se o consumo superior de carnes em 121,0%, galináceos em 58,7% e leite fresco em 84,5%. Por fim, a mesma enquete fornece os preços de diversos produtos alimentares, com os quais foi possível constituir para Porto Alegre e São Paulo uma estimativa do custo da ração-tipo essencial, instituída pelo Decreto-Lei nº 399, de 1938, para servir de base ao cálculo do salário mínimo, de sorte que esse custo era cerca de 30% superior na última capital; dados brutos obtidos em Linhares e Silva (1979, p. 144-146).

que supera aquele já apontado para os salários médios diários dos operários nas duas regiões, de 6,3% (Tabela 4).

As características que vimos levantando indicam que a escassez relativa da força de trabalho no Rio Grande do Sul (devida à estrutura agrícola anteriormente descrita e à menor inserção do trabalho feminino), comparada à abundância desta em São Paulo, era fator determinante não só para explicar a diferença de salários existente entre essas regiões, como também a maior diferença entre os salários industriais e os rurais no Rio Grande do Sul.

3 - Constituição e desenvolvimento do conflito de classes

Pretendemos agora voltar nossa atenção para a análise das relações que se estabeleceram nas duas regiões entre as classes sociais em constituição diretamente envolvidas com a expansão industrial em curso: a burguesia industrial e o proletariado urbano. As características de formação e organização dessas classes emergentes, bem como suas inter-relações, mediadas em maior ou menor grau pela ação do Estado, expressavam o próprio grau de constituição da indústria e compunham as estruturas dos mercados regionais de trabalho industrial e suas condições de funcionamento.

Nesse sentido, começamos por considerar o nível de organização dos trabalhadores industriais nas duas regiões, assinalando que, antes do ciclo de greves de 1917-19, é precária qualquer referência a um movimento operário. Até então, os sindicatos abrangiam apenas uma pequena percentagem da classe operária, cuja influência às entidades crescia somente nos períodos de atividade grevista. Nas greves, sobressaía-se a influência das lideranças anarco-sindicalistas, corrente política predominante no movimento operário do início do século. A sindicalização atingia parcelas menos significativas de operários qualificados, sendo muito difícil a organização sindical dos operários fabris. Também a dispersão da classe operária nascente, suas divisões, seus vínculos ao decadente segmento dos artesãos e as dificuldades em estabelecer laços internos duradouros de solidariedade conduziam à diversidade nas formas de organização sindical e à predominância da luta econômica (PINHEIRO, 1977a).

Essas limitações da organização sindical eram comuns às regiões do Rio Grande do Sul e de São Paulo, indicando a pouca influência dos sindicatos, pelo menos até 1917, nas condições do mercado de trabalho industrial em ambas as regiões. Contudo, no Rio Grande do Sul, a organização dos trabalhadores industriais parece ter ocorrido com certo atraso relativo. Assim, apenas em 1906 era fundada, em Porto Alegre, a Federação Operária do Rio Grande Sul (FORGS), quando, no mesmo ano, as organizações operárias do centro do País, lideradas pelos anarco-sindicalistas, já se articulavam, inter-regionalmente, através da realização do I Congresso Operário no Rio de Janeiro.

A FORGS, cujo caráter deveria permitir a integração das lutas parciais dos trabalhadores e sua identificação enquanto classe, nasceu, todavia, à margem das lideranças operárias anarco-sindicalistas, que, também em 1906, conduziram uma greve geral em Porto Alegre pela jornada de oito horas de trabalho. Os fundadores da FORGS eram preponderantemente socialistas, influenciados pela social-democracia

alemã, e participavam de alianças políticas com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), detentor do poder político regional.²⁹ A entidade somente passou a ter uma atuação mais efetiva nas lutas operárias quando, em 1910, foi eleita uma diretoria com predominância dos anarco-sindicalistas, de sorte que mesmo essa predominância se realizava tardiamente no Rio Grande do Sul.

As diferenças regionais de organização dos trabalhadores industriais podem ser relacionadas com as diferentes condições observadas nos mercados regionais de trabalho. Elas podem também fornecer uma pista para uma investigação sobre a forma de constituição do conflito de classes nas duas regiões e sobre como nelas se desenhavam as relações de trabalho. Para tanto, cabe, de um lado, analisar as características da composição étnica dos trabalhadores industriais, que nos retratam a formação da própria classe operária, e, de outro lado, investigar quais eram as reivindicações mais frequentes nas suas lutas nas duas regiões.

Como se sabe, a presença de estrangeiros entre os trabalhadores urbanos era um fator de politização e radicalização das lutas operárias.³⁰ Essa presença era substancialmente inferior entre os trabalhadores do Rio Grande do Sul, como é possível identificar, para as capitais, tomando-se os dados do Recenseamento Geral de 1920.

Tabela 6

Proporção de trabalhadores estrangeiros entre os ocupados, segundo o setor de ocupação profissional, em Porto Alegre e São Paulo —1919

(%)

SETORES	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO
Indústria	27,7	51,1
Transportes	12,7	58,9
Comércio	26,3	62,5
TOTAL	25,3	54,3

FONTE: BODEA, Miguel (s.d.). *A greve de 1917: as origens do trabalho gaúcho*. Porto Alegre, L & PM.

²⁹ As informações citadas neste parágrafo foram extraídas de Marçal (1985).

³⁰ Ver a respeito Pinheiro (1977a).

A maior parte dos trabalhadores ocupados nos principais setores de atividade na capital de São Paulo era composta por estrangeiros, ainda em 1920. Nessa região, predominavam os trabalhadores italianos e, secundariamente, os espanhóis, entre os quais se encontravam as lideranças anarquistas. Já no Rio Grande do Sul, além do menor peso dos trabalhadores estrangeiros, também era substancial entre estes a presença dos alemães, o que favoreceu o surgimento de lideranças sociais-democratas em disputa com os anarquistas.³¹

De outra parte, a influência das condições de trabalho e dos níveis dos salários sobre as organizações e as lutas operárias pode ser melhor considerada se levarmos em conta quais eram suas principais reivindicações. Nesse sentido, uma avaliação das reivindicações contidas nos programas anarco-sindicalistas dos congressos operários de 1906 e 1913, nos quais houve a predominância quase absoluta dos sindicatos do centro do País, indica a primazia da luta pela redução da jornada de trabalho sobre o objetivo do aumento de salários. Em 1907, uma greve iniciada em São Paulo e estendida posteriormente às cidades de Santos, Ribeirão Preto e Campinas envolveu a maior parte dos trabalhadores industriais, reivindicando a jornada de oito horas de trabalho. Segundo Pinheiro (1977a, p.143), tratava-se de uma greve realizada por uma parcela significativa da classe operária em busca de um "padrão moderno" de relações de trabalho, num contexto favorável à luta sindical, pois era um momento de expansão da economia.

No Rio Grande do Sul, uma análise das greves registradas num relatório da FORGS, ocorridas entre 1906 e 1913, indica que havia a preponderância das reivindicações pela redução da jornada, seguidas pelas de melhoria salarial.³² Contudo, numa análise mais abrangente das greves realizadas nessa região entre 1890 e 1919, Petersen (1979, p.321) apontou as questões salariais como causa principal das greves, destacando a frequência das greves pela redução da jornada para oito horas, sem redução do salário.

Assim, é possível afirmar que uma característica comum às lutas dos trabalhadores em ambas as regiões no início deste século era a presença, mesmo que em diferente grau de importância, das lutas em torno de condições básicas de trabalho, principalmente através da redução das horas trabalhadas. De fato, as condições de trabalho eram geralmente péssimas.³³

Entretanto a predominância das questões salariais nas greves ocorridas no Rio Grande do Sul, justamente a região onde os salários industriais eram superiores, parece indicar que os trabalhadores dessa região se defrontavam com condições distintas de contratação e uso da força de trabalho pelo capital. A primazia daquelas questões sobre

³¹ É o que se pode depreender das informações referidas em Marçal (1985, 1986).

³² Citado em Marçal (1985, p.26 e 30).

³³ Para uma informação abrangente sobre a extrema precariedade das condições de trabalho na indústria da época, ver Leonardi e Hardmann (1991).

os demais motivos das greves sugere que, nessa região, havia melhores condições de barganha para os trabalhadores junto aos empregadores. Segundo Petersen (1979), as greves prejudicavam os industriais gaúchos também por desorganizarem o equilíbrio entre oferta e procura de mão-de-obra, já que nem sempre era fácil conseguir mão-de-obra similar.³⁴

Da mesma maneira, o confronto dos resultados obtidos pelos trabalhadores das duas regiões nas greves pela jornada de oito horas ocorridas em 1906, em Porto Alegre, e de 1907, em diversas cidades paulistas, traz indicações que diferenciam as condições do mercado de trabalho nas duas regiões. A greve de Porto Alegre encerrou-se, após 21 dias, parcialmente vitoriosa, pois "(...) foi firmado um acordo pelo qual era fixada para **todo o proletariado** a jornada de 9 horas de trabalho", sendo que, antes disso, as jornadas atingiam até 11 horas.³⁵

Na região de São Paulo, a greve de 1907, segundo nos informa Pinheiro (1977a, p.156), trouxe a redução da jornada para os gráficos e para os trabalhadores da construção civil, "alguns resultados" para os operários têxteis, enquanto os metalúrgicos foram derrotados. Além da diferença nos resultados obtidos pelas diversas categorias, a greve deixou claro o conflito existente entre as pequenas empresas, que se dispunham a ceder às pressões do movimento operário, e as grandes empresas, que se mantinham irredutíveis diante das reivindicações.³⁶ Somente em 1919, através de uma outra greve, os trabalhadores paulistanos obtiveram resultados semelhantes àqueles da "greve dos 21 dias" de 1906, em Porto Alegre.³⁷

Defrontando-se com condições do mercado de trabalho urbano-industrial que, como vimos, eram substancialmente distintas entre as duas regiões, suas burguesias industriais tratavam de modo diverso as questões do trabalho. Para essa diversidade também contribuía a menor extensão da indústria gaúcha e o peso mais acentuado que nela tinham os pequenos estabelecimentos que operavam em escala e sobre uma base técnica ainda artesanal.

Contudo eram os grandes estabelecimentos que, em graus diversos nas duas regiões, concentravam a maior parte do emprego operário. Nesses estabelecimentos,

³⁴ Essa autora indica que, em certas profissões, a substituição do trabalhador era praticamente impossível sem mandar buscar outros na Europa (1979, p.287-288). Esse era o caso dos tecelões, cujos salários eram 34,1% superiores na indústria gaúcha comparativamente à paulista (conforme os dados do Recens. BR 1920: sal. 1928).

³⁵ Conforme o **Relatório de 1913** da FORGS, citado em Marçal (1985, p.24). O grifo é nosso.

³⁶ O mesmo autor, referindo-se à Cidade de São Paulo, nos informa que "(...) por volta de 1900, nas indústrias têxteis, trabalhavam-se 14 horas diárias; em 1911, de 10 a 12 horas (...)" (PINHEIRO, p.149).

³⁷ Na greve de 1919, na Cidade de São Paulo, em inúmeras categorias chegou-se ao acordo da jornada de oito horas (conforme Pinheiro, 1977a, p.161-162). Cabe ressaltar que os resultados das greves nunca eram definitivos, pois a inexistência de uma regulamentação das condições de trabalho pelo Estado permitia aos patrões ignorarem os acordos firmados, piorando novamente as condições de trabalho e a remuneração quando a situação de oferta de trabalho fosse conjuntamente desfavorável aos trabalhadores (PETERSEN, 1979 e Gomes, 1979).

que dispunham de maquinaria importada, a base técnica assumia outro perfil, dando lugar à processos de trabalho cuja gestão se inspirava nas formulações tayloristas e fordistas. Isso se refletia na fábrica, onde a preocupação com a produtividade e o controle absoluto do processo de trabalho passaram a dominar o pensamento da burguesia industrial. No Rio Grande do Sul, segundo Pesavento (1988), a influência dessas idéias, principalmente as fordistas, junto aos industriais gaúchos manifestava-se na preocupação em "disfarçar" a dominação do capital sobre o trabalho.³⁸

Assim, a influência do fordismo evidenciava-se de um modo singular nessa região, através da ampla utilização de práticas assistencialistas vinculadas a um discurso ideológico, destacando-se a constituição de fundos de pensão, a assistência médica fornecida pelas empresas, a manutenção de escolas para os trabalhadores e para seus filhos e, em alguns casos, também o provimento de moradias às famílias dos trabalhadores. Havia uma clara preocupação, por parte dos industriais gaúchos, de manter, através dessas práticas, o trabalhador vinculado à fábrica, bem como de amenizar o caráter antagonico das relações de produção. Tais práticas estavam associadas à intenção dos industriais no sentido de fazer crer aos trabalhadores ser possível a compatibilidade dos interesses de classe, procurando, assim, desestimular a sua organização sindical. Desse modo, o discurso da burguesia industrial gaúcha não se cansava de salientar que as condições de trabalho nas fábricas eram "ótimas", descrevendo-as como lugares da mais absoluta higiene e salubridade, os quais assegurariam aos trabalhadores um espírito de ordem e satisfação.

Segundo Pesavento (1988), as condições de trabalho vigentes na indústria gaúcha eram, de fato, comparativamente melhores em relação àquelas vigentes nos demais estados, ainda que estivessem muito aquém do que afirmavam os industriais. Dado que, no Rio Grande do Sul, a burguesia industrial se defrontava com uma escassez relativa de força de trabalho e dado o acelerado ritmo da expansão industrial no início de século, é pertinente supormos que a disputa por trabalhadores entre os proprietários industriais fosse um fator importante para induzir a adoção das referidas práticas assistencialistas, capazes de cooptar os trabalhadores e vinculá-los à fábrica, ensejando um desempenho produtivo superior e também melhores condições de trabalho do que aquelas estabelecidas na região de São Paulo. Em suma, fazia-se necessário na indústria gaúcha que as condições de exploração da força de trabalho fossem parcialmente atenuadas, em vista da efetiva disputa por trabalhadores entre os industriais.

³⁸ Para avaliar a inserção das idéias fordistas e tayloristas junto aos industriais gaúchos, baseamo-nos em Pesavento (1988). Parece-nos que tal inserção deve ser entendida enquanto uma apropriação parcial dos princípios dessas correntes de pensamento, particularmente no que tange aos métodos de submissão dos trabalhadores ao capital e ao estabelecimento de uma rotinização de tarefas. Segundo aquela autora, a concepção fordista combinava-se ao taylorismo, fundamentando as atitudes dos industriais gaúchos no sentido de ampliar suas margens de lucro e o controle sobre os trabalhadores. Para uma abordagem sobre a concepção fordista e sua influência sobre o pensamento dos industriais do centro do País na década de 20, ver Vianna (1978, p.65-77).

As práticas assistencialistas também eram freqüentemente utilizadas pela burguesia industrial paulista. Esta não tinha, contudo, uma preocupação sistemática em atenuar o caráter antagonístico das relações de trabalho, pois dispunha de um contingente relativamente abundante de trabalhadores. Nessa região, a vantagem da adoção daquelas práticas advinha da possibilidade que ela oferecia aos industriais de contarem com um "mercado particular" de mão-de-obra em condições nas quais o mercado de trabalho, ainda em processo de constituição, apresentava fraca fluidez.³⁹ A restrição do mercado de trabalho colocava-se, assim, de forma distinta para os industriais paulistas, cujo problema maior consistia não na dimensão absoluta do contingente de trabalhadores disponíveis, mas, sim, na obtenção, no momento preciso, de um fluxo de força de trabalho sempre adequado às acentuadas flutuações cíclicas que afetavam a produção industrial do período.

O atraso relativo da organização da classe trabalhadora no Rio Grande do Sul, frente à dos trabalhadores de São Paulo, pode ser creditado não apenas à maior extensão da indústria e do contingente operário nesta última região, mais concentrado em proporcionalmente poucos estabelecimentos — o que favorecia a organização sindical. É provável que as diferenças de organização e de reivindicações dos trabalhadores industriais nas duas regiões se dessem também às diferenças existentes quanto à composição étnica dos trabalhadores e à ocorrência, no Rio Grande do Sul, de melhores condições de trabalho, de níveis salariais superiores e de relações de trabalho marcadas por um assistencialismo patronal que objetivava a vinculação do trabalhador à fábrica e o seu enquadramento ideológico na perspectiva do capital.

Pretendemos indicar, portanto, que haviam diversos fatores, peculiares à região do Rio Grande do Sul, que desestimulavam a organização autônoma dos trabalhadores. Tanto era assim que, em muitas fábricas da época, era rara a ocorrência de greves, como, por exemplo, na empresa Rheingantz de Rio Grande, que ficou por 40 anos sem experimentar nenhuma greve. No mesmo sentido, informa-nos Pesavento:

"Muitas vezes, ao serem entrevistados, os trabalhadores afirmavam ter respeito e admiração pelo 'bom patrão' (entrevista com operário da Rheingantz, de Rio Grande; **Democracia Social**, Pelotas, 31 dez. 1893), numa clara demonstração de que as práticas de assistência social promovidas pela empresa (caixa de socorros, casas para operários) estavam tendo êxito. Numa época em que o próprio empresário se encontrava presente dentro da fábrica, à vista dos empregados, o paternalismo nas relações capital/trabalho tinha um vasto campo de ação. (**O Operário**, Cruz Alta, 1º jan. 1903)." (PESAVENTO, 1990, p.28).

O menor grau de organização dos trabalhadores no Rio Grande do Sul refletia-se, por sua vez, na organização da própria burguesia industrial gaúcha, quando se observa

³⁹ A caracterização das práticas paternalistas, bem como o seu significado para os interesses dos industriais paulistas são apresentados por Gorender (1988)

que somente em 1930 seria criado o Centro da Indústria Fabril (CINFA), órgão representativo dos interesses da burguesia industrial gaúcha. No centro do País, a burguesia industrial constituía desde cedo os seus órgãos de representação de classe, como instrumentos de defesa de seus interesses econômicos e sociais, diante do crescimento do movimento operário e da organização dos trabalhadores em sindicatos. Já em 1904, havia sido fundado o Centro Industrial do Brasil (CIB), que, embora se localizando no Rio de Janeiro, coordenava e influenciava as posições patronais noutras regiões, principalmente em São Paulo (GOMES, 1979).

Por outro lado, no que tange à participação do Estado na mediação das relações entre as classes, havia também uma diferença quanto ao caráter da intervenção das administrações públicas estaduais no Rio Grande do Sul e em São Paulo, embora a repressão policial fosse amplamente utilizada contra as manifestações dos trabalhadores quando se julgasse "necessário", em ambas as regiões.

Segundo Pinheiro (1977a), existia em São Paulo uma total colaboração entre os empresários e as forças da repressão. A presença do Estado diante dos trabalhadores colocava-se, desde a primeira instância, como força repressiva, como tratamento policial dos conflitos advindos da expansão das relações de assalariamento e da conseqüente reação dos trabalhadores às precárias condições de vida e de trabalho no meio urbano-industrial.

Nessa região, a perspectiva do conjunto das classes dominantes, dada pela articulação entre café e indústria, era assumida pelo Estado na forma de uma vinculação estreita aos interesses desses dois setores. A ausência de um projeto político mais abrangente, fundado numa proposta ideológica para o ordenamento social, combinava-se a uma ação estatal circunstanciada pelos interesses imediatos da burguesia cafeeira. Decorre daí a nossa percepção quanto ao caráter instrumental que assumia essa fração regional do Estado, o que a distingue da administração pública rio-grandense.⁴⁰

No Rio Grande do Sul, a condução da administração pública estadual foi marcada pela presença, durante toda a Primeira República, de um partido com forte inspiração positivista e uma diversificada base social, o Partido Republicano Rio-Grandense. Vinculado a uma fração minoritária dos pecuaristas, o PRR articulava, em torno de um projeto de desenvolvimento regional diversificado, também os pequenos proprietários rurais das colônias, camadas médias urbanas, banqueiros, industriais e comerciantes, além de manter uma forte ligação com o exército nacional, segmento social cuja importância na região advinha da sua condição de fronteira nacional.⁴¹

⁴⁰ A qualificação da ação do Estado paulista nesses termos é sugerida por Pinheiro (1977a, p.163), ao comparar as relações entre classe operária e Estado em São Paulo e no Distrito Federal.

⁴¹ Parece-nos que o dado fundamental que estabelece uma maior autonomia dessa administração estadual diante das classes dominantes, quando comparada à paulista, é a ausência da classe que, na outra região, era capaz de impor seus interesses ao conjunto da sociedade, isto é, a ausência de uma forte burguesia agrário-exportadora.

A diversidade da base social dessa fração regional do Estado fundamentou um caráter específico de sua intervenção em todos os níveis da sociedade, particularmente quanto às relações entre o capital e o trabalho na transição capitalista da Primeira República. Desse modo, a administração pública estadual apresentava-se como estando acima dos conflitos e interesses específicos, assumindo a feição de um Estado regente das relações entre as classes.

Mesmo defendendo o privatismo nas relações de trabalho, no que concordava com os interesses dos empresários, a administração positivista assumiu posturas de cunho paternalista, favorecendo medidas estatais de proteção aos trabalhadores industriais.⁴² Diante do crescimento das cidades e do aumento da concentração operária, a administração pública estadual dessa região atuou de forma abrangente para a garantia da ordem social e a prevenção dos conflitos. Com esse propósito, o Governo Estadual empenhou-se decisivamente nas melhorias urbanas, objetivo propugnado pelos positivistas, nomeadamente através de incentivos fiscais nas áreas de transporte, habitação e saneamento e na área da educação formal, criando escolas para formação profissional. Assim, a postura ideológica e o caráter geral da intervenção dessa fração regional do Estado na sociedade do Rio Grande do Sul foram extremamente singulares.

Em 1917, ocorreu a eclosão de uma greve com dimensões nacionais, que alterou sensivelmente as relações de força entre as classes sociais em constituição e diante da qual as administrações públicas estaduais assumiram posturas indicativas da diferença regional que vimos assinalando.

Essa greve generalizou-se para muitas categorias, ocorrendo num momento de aceleração da atividade econômica. A produção industrial crescia com base na sobreutilização da capacidade instalada, estabelecida pelas importações anteriores à Primeira Guerra, e por meio do prolongamento da jornada de trabalho. A compressão dos salários reais, provocada pelo encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, funcionou como estopim da greve em meio a uma situação crítica que combinava a intensificação da exploração com o agravamento das condições de vida.⁴³

Em todo o ciclo grevista ocorrido entre 1917 e 1919, o principal objetivo era a conquista de aumentos salariais, embora outros objetivos se fizessem presentes. Esse período de greves marca uma crescente organização sindical dos trabalhadores urbanos, bem como da própria burguesia industrial, particularmente na região de São Paulo.⁴⁴

⁴² Conforme Petersen (1979, p.280); a autora explica que era próprio do pensamento positivista dos políticos gaúchos combinar a oposição à regulamentação das relações de trabalho pelo Estado ao protecionismo estatal sobre os trabalhadores.

⁴³ Geralmente, aceita-se que as greves de 1917 a 1919 se deveram à elevação dos preços dos gêneros alimentícios básicos em decorrência de sua exportação para os países aliados durante a Primeira Guerra. Segundo Pinheiro (1977a, p. 160), houve uma forte queda do salário real dos operários entre 1917 e 1921. A eclosão da guerra provocou, assim, uma inflação constante nesse período, no qual transcorreu um ascenso do movimento operário.

⁴⁴ Durante o ciclo de greves, as organizações patronais do centro do País reconheceram, pelo menos momentaneamente, a representatividade dos sindicatos (GOMES, 1979, p.137).

A greve de 1917 obteve êxitos importantes, tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, a greve foi total e conquistou um aumento salarial de 20%, o pagamento fixo de salários mensais e a recontração dos grevistas. O presidente do Estado de São Paulo também se comprometeu com providências que eram solicitadas ao Governo.

No Rio Grande do Sul, a greve aglutinou os operários e a parcela pauperizada da população, paralisando a Cidade de Porto Alegre. Nesse contexto, o Governo de Borges de Medeiros interveio de forma inusitada, recebendo em sua sede uma comissão representativa dos grevistas, concedendo reajuste de 25% ao funcionalismo público e a redução de sua jornada de trabalho, instruindo o Intendente da Capital e a Brigada Militar para que atuassem junto aos empresários, muitos dos quais acederam às reivindicações operárias.⁴⁵ O Governo também proibiu, temporariamente, a saída de gêneros alimentícios para fora do Rio Grande do Sul, visando com isso diminuir os aumentos constantes do custo de vida.⁴⁶

Diante das novas condições criadas pelo ascenso do movimento operário de 1917 a 1919, as burguesias industriais regionais assumiram posturas diferenciadas quanto às organizações dos trabalhadores. Tais posições alteraram-se ao longo do período da Primeira República, principalmente diante da pressão exercida pelos próprios trabalhadores.

Segundo Gomes (1979, p.134-146), basicamente duas posições se firmaram entre a burguesia industrial do centro do País após as greves operárias de 1917, ambas oriundas de uma mesma vertente liberal. De um lado, havia a posição clássica dos empresários em defesa da chamada "liberdade de trabalho", que, concretamente, significava a liberdade de contratar a quem quisessem, obtendo as maiores vantagens possíveis, sem interferência do Estado e principalmente das organizações dos trabalhadores. Esse posicionamento não reconhecia os sindicatos como interlocutores, e, quando fosse necessário negociar salários e condições de trabalho, em vista da insatisfação manifesta dos trabalhadores, os empresários procuravam tratar diretamente com os seus operários.

Na verdade, essa posição foi amplamente verificada entre os empresários industriais de todo o País. Mesmo no Rio Grande do Sul, onde as idéias positivistas se chocavam com os preceitos liberais, empresários e políticos concordavam em circunscrever ao âmbito privado o ordenamento das relações de trabalho. Assim, nessa região, o não-reconhecimento da representação sindical e a realização de negociações diretas

⁴⁵ Conforme Pesavento (1991) e Petersen (1979, p.281); o caráter dessa intervenção era inusitado, porque, na maioria das vezes, a atuação da administração pública estadual fora no sentido de reprimir as manifestações dos trabalhadores. Para uma análise específica da greve de 1917 no Rio Grande do Sul, ver Bodea (s.d.).

⁴⁶ Pouco tempo depois, ainda em 1917, o mesmo governo assumiu o papel de representante dos ferroviários em greve, com a concordância destes, na reunião com os delegados da Viação Férrea e do Governo Federal conforme Petersen (1979, p.281, 310 e 324).

entre os patrões e seus respectivos empregados combinavam-se às atitudes paternalistas dos industriais gaúchos, que também procuravam afastar os trabalhadores dos sindicatos, subtraindo destes sua dimensão assistencial e cultural. O fato de a burguesia industrial das regiões periféricas, incluindo-se aqui a gaúcha, recusar-se a negociar com as associações de classe dos trabalhadores pode ser referido também como contrapartida da menor organização do movimento operário.⁴⁷

Em decorrência do ascenso das lutas dos sindicatos operários, amadureceu entre a burguesia industrial, principalmente em São Paulo e no Distrito Federal, outra posição, que reconhecia o direito à associação livre dos trabalhadores como decorrência natural da fragilidade do operário isolado, na ausência de uma regulamentação da produção.⁴⁸ Entre as vantagens suscitadas por esse posicionamento, estava a iniciativa dos empresários em ordenar o mundo do trabalho através de negociações com as organizações dos trabalhadores, antecipando-se à intervenção do Estado.⁴⁹ Portanto, foi nos centros econômico e político do País, onde as condições sociais haviam propiciado, em grau máximo, a emergência de uma classe operária e onde esta detinha maior poder de pressão, que a burguesia industrial passou a reconhecer os sindicatos como interlocutores sociais.

A caracterização das relações entre as duas classes sociais emergentes, envolvidas no processo de constituição e expansão da indústria, e do perfil das ações das administrações públicas estaduais permite indicar que essas classes estavam melhor organizadas na região de São Paulo. Parece-nos que, nessa região, a maior amplitude da indústria e do mercado de trabalho e o perfil mais conflitante das relações de trabalho conduziram a uma maior organização dos interesses de classe e à estruturação desse conflito através de entidades representativas de patrões e de trabalhadores.

A análise das diferenças regionais quanto às formações do mercado de trabalho e da indústria, bem como das diferentes condições de funcionamento desses mercados, desenvolvida nas seções anteriores, pode ser agora combinada à identificação do perfil das relações entre as classes, apresentada nesta seção. A preocupação singular da burguesia industrial gaúcha em cooptar os trabalhadores num quadro de oferta restrita de trabalho, juntamente com outros indicadores, como o fato dos salários industriais serem maiores no Rio Grande do Sul, onde também a diferença entre os salários

⁴⁷ É importante assinalar novamente aqui que os industriais gaúchos sequer possuíam uma associação patronal independente, a qual somente seria criada em 1930.

⁴⁸ Admitia-se que essa situação havia permitido ao capital obter maiores benefícios que o trabalho, aceitando-se a negociação com os sindicatos. Desse ponto de vista, "O direito de associação surge como uma espécie de recomposição da 'liberdade', pois os operários reunidos seriam tão fortes quanto os patrões para com eles contratarem no mercado" (GOMES, 1979, p.152-153).

⁴⁹ Até o final do período 1910-19, diversos parlamentares já haviam apresentado, no Congresso Nacional, projetos de lei regulamentando as condições de trabalho, embora sem êxito na sua aprovação (PINHEIRO, 1977a). Essa movimentação no Parlamento sugeria a iminência de uma inserção mais decisiva do Estado na regulamentação do trabalho.

industriais e rurais era relativamente maior, permitem-nos caracterizar a existência, nessa região, de condições do mercado de trabalho que, quando comparadas àquelas vigentes na região de São Paulo, podem ser definidas como próximas ao pleno emprego da força de trabalho industrial, ao implantar-se a indústria.

4 - O desempenho das indústrias regionais

Diante da diversidade das características dos mercados e das relações de trabalho nas duas regiões, cabe avaliarmos qual era o desempenho relativo de suas indústrias.

A indústria brasileira compreendia, em 1919, um conjunto de 13.336 estabelecimentos, ocupando 313 mil pessoas, sendo 275 mil operários.⁵⁰ A indústria paulista já atingia, então, um peso expressivo na indústria nacional, concentrando 31,1% dos estabelecimentos (4.145) e 30,4% das pessoas ocupadas (95 mil), enquanto a indústria gaúcha tinha uma dimensão cerca de três vezes inferior, com 13,3% (1.773) dos estabelecimentos e 9,4% (29 mil) das pessoas ocupadas.

Na indústria da época, os ramos mais importantes, pelo seu peso no emprego industrial e pela sua representatividade quanto ao caráter dos estabelecimentos que se implantavam, eram o têxtil, o da alimentação e o ramo de vestuário e calçados. Conforme o Censo Industrial do Brasil em 1920, tais ramos empregavam juntos cerca de 69% das pessoas ocupadas na indústria propriamente dita, atingindo, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, 67% e 63% das pessoas ocupadas respectivamente. Tratava-se, portanto, de uma indústria leve, voltada, basicamente, à produção de bens de consumo não duráveis. Essa indústria, contudo, caracterizou-se desde cedo pela concentração, pelo peso amplamente majoritário dos grandes estabelecimentos na produção e no emprego. Vale dizer, a indústria que emergia na Primeira República já se implantava como grande indústria, com processos de trabalho definidos pela ampla utilização de máquinas e equipamentos importados.⁵¹

Esse nível de concentração técnica das indústrias regionais fica melhor evidenciado através do cálculo dos coeficientes de Gini, que fornecem uma medida da desigualdade entre os estabelecimentos industriais de cada região.

⁵⁰ Conforme o **Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927)**; cabe ressaltar que, o inquérito industrial desse recenseamento restringia, significativamente, o conceito de indústria e estabelecimento industrial, de modo a tornar este último mais próximo da noção de unidade de capital produtora de mercadorias. Ver a introdução do referido volume, às páginas III e IV.

⁵¹ Conforme Sérgio Silva (1986, cap.IV), embora o autor apresente suas conclusões com base na análise dos dados para as indústrias de São Paulo e do Distrito Federal.

Tabela 7

Coefficientes de Gini para distribuição dos estabelecimentos industriais segundo o número de operários, por ramos da produção industrial, no Brasil, em São Paulo e no Rio Grande do Sul — 1919

RAMOS	BRASIL	SÃO PAULO	RIO GRANDE DO SUL
Têxtil	0,839	0,813	0,721
Química	0,794	0,836	0,772
Alimentação	0,789	0,741	0,839
Material de transporte ..	0,751	0,639	0,697
Vestuário	0,741	0,761	0,731
Metalurgia	0,716	0,740	0,729
Cerâmica	0,687	0,734	0,579
Couros e peles	0,679	0,615	0,590
Mobiliário	0,648	0,597	0,745
Madeira	0,610	0,546	0,451
Edificação	0,548	0,650	0,597
Total da indústria	0,810	0,828	0,784

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p.275-295.

Os coeficientes indicam um nível de concentração técnica da indústria extremamente elevado,⁵² tanto no Brasil como nas duas regiões, embora sensivelmente superior em São Paulo em comparação com o Rio Grande do Sul, onde a concentração era superior apenas nos ramos da alimentação, material de transporte e mobiliário.⁵³ Esses dados

⁵² Para se ter uma idéia mais apropriada sobre o quão elevada era a concentração técnica da indústria brasileira, é interessante notar que Labini (1986, p.189) encontrou, para o mesmo tipo de distribuição, coeficientes bem inferiores relativos à indústria norte-americana: 0,57 em 1919; 0,52 em 1921; e 0,59 em 1947. Embora a indústria norte-americana apresentasse uma distribuição menos concentrada dos operários nos estabelecimentos industriais, a mediana dessa distribuição era de 284 trabalhadores (STEINDL, 1990, p.96), extremamente superior à mediana da mesma distribuição para a indústria brasileira, seguramente inferior a cinco operários (conforme os dados do Recens. BR 1920; ind., 1927, que indicam que mais da metade dos estabelecimentos se situavam na classe de emprego até quatro operários)

⁵³ Note-se que essa é mais uma evidência que refuta, também para o Rio Grande do Sul, a tese de uma indústria nascente como sendo "o resultado de transformações progressivas de pequenas oficinas — instaladas pelos imigrantes alemães e italianos — em fábricas" (PINHEIRO, 1977b). Esse equívoco de Pinheiro pode ser atribuído ao papel secundário que confere às características da indústria gaúcha, como de resto a toda região, visto que o Brasil, praticamente em todos os sentidos, parece resumir-se ao Rio de Janeiro e São Paulo. É Paul Singer (1968, p.167), em obra inclusive citada por Pinheiro (1977b), quem, apoiando-se no trabalho de Jean Roche, nos informa que a indústria se instalava, no Rio Grande do Sul, ocupando um mercado até então suprido basicamente por importações, as quais já haviam liquidado com o artesanato.

também demonstram o caráter de grande indústria dos principais estabelecimentos fabris da época, bem como da grande desigualdade existente entre estes e um amplo contingente de pequenos estabelecimentos que pouco representavam para o emprego e a produção industrial.⁵⁴

Essas condições técnicas e seus resultados do ponto de vista da capacidade de exploração da força de trabalho podem ser ilustrados pela análise de diversos indicadores referentes a alguns ramos da indústria nas duas regiões. Esses indicadores são apresentados na Tabela 8, de modo a evidenciar uma importante correlação entre o nível de utilização de máquinas e equipamentos e os níveis relativos dos salários, da produtividade e da taxa de exploração da força de trabalho.

A simples observação da Tabela 8 indica que havia um alto nível de coincidência, mais acentuada no Rio Grande do Sul, entre os ramos que, de um lado, apresentavam maior intensidade de capital e, de outro, os que obtinham maiores níveis de produtividade, pagavam menores salários e, conseqüentemente, operavam com maiores taxas de exploração do trabalho. Parece pertinente, portanto, assinalar que os maiores níveis de obtenção de produto por operário eram obtidos geralmente naqueles ramos que se utilizavam de maior valor em máquinas e utensílios por operário, ramos sobre os quais é possível supor que empregassem forças de trabalho de menor qualificação, os quais, em geral, eram os que pagavam os menores salários. Enfim, os mesmos ramos nos quais, como conseqüência das características anteriores, ocorriam as maiores taxas de exploração.

Essas características da base técnica da indústria e dos processos de trabalho apresentavam-se em graus diferenciados nas duas regiões. É possível verificar que a indústria gaúcha empregava, em valores correntes por operário, 25,4% mais que a congênere paulista em máquinas e utensílios, obtendo 13,7% a mais de produto por operário empregado.⁵⁵ Contudo os salários médios diários pagos aos operários eram superiores na indústria gaúcha em 6,3%, comparativamente à indústria paulista, enquanto a taxa de exploração era ligeiramente superior (2,2%) para a indústria gaúcha.⁵⁶

⁵⁴ A forma de apresentação dos dados da indústria no Recenseamento de 1920 impede a realização de um cálculo adequado da concentração econômica a partir da distribuição dos estabelecimentos industriais por faixas de valores de produção.

⁵⁵ Esse indicador de produtividade é apenas uma *proxy*, na medida em que relaciona os Valores da Transformação Industrial em moeda corrente, e não quantidades físicas, ao número de operários. Incorpora, portanto, os problemas derivados das relações de preço, tanto entre regiões como entre ramos. Por outro lado, quando consideramos a totalidade dos empregados como denominador nessa *proxy*, permanece a maior produtividade na indústria gaúcha, em 11,9%.

⁵⁶ Note-se que, como já indicamos anteriormente, a diferença salarial se amplia para 10,1%, quando se considera o custo médio anual que cada empregado representava para a produção industrial.

Tabela 8

Indicadores de intensidade de capital, produtividade, salários e taxa de exploração em diversos ramos da indústria e no conjunto da indústria no Rio Grande do Sul e em São Paulo — 1919

REGIÕES	RAMOS COM MAIOR INTENSIDADE DE CAPITAL (1) (em contos de réis por operário)	RAMOS COM MAIOR PRODUTIVIDADE (2) (em contos de réis por operário)	RAMOS QUE PAGAM OS MENORES SALÁRIOS (em réis por dia)	RAMOS COM MAIOR TAXA DE EXPLORAÇÃO (3)				
Rio Grande do Sul	Alimentação	2,77	Alimentação	7,33	Química	4 040	Química	4,68
	Química	2,63	Química	6,97	Alimentação	4 881	Alimentação	3,63
	Madeira	2,47	Couros e peles	5,99	Madeira	4 999	Têxtil	2,63
	Têxtil	2,39	Têxtil	4,88	Têxtil	5 004	Couros e peles	2,20
	Couros e peles	1,30	Madeira	4,61	Minerais (4)	5 454	Madeira	2,19
	Toda indústria	2,17	Toda indústria	5,66	Toda indústria	5 169	Total	2,73
São Paulo	Alimentação	3,31	Alimentação	9,92	Química	4 523	Alimentação	4,89
	Couros e peles	2,12	Transporte	7,35	Vestuário	4 560	Química	3,85
	Madeira	2,11	Química	7,02	Têxtil	4 565	Transporte	2,97
	Química	2,06	Couros e peles	6,30	Alimentação	5 050	Couros e peles	2,77
	Têxtil	1,84	Metalurgia	4,44	Minerais (4)	5 090	Têxtil	2,56
	Toda indústria	1,73	Toda indústria	4,98	Toda indústria	4 861	Total	2,67
Relações entre (5) as regiões (RS/SP).		25,4%	13,7%	6,3%	2,2%			

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p.196, 250, 270, 406-408; RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro. p.355-417.

NOTA: 1. À indústria foi reagrupada em 10 ramos, além do ramo "diversas", o qual foi desconsiderado para efeito da análise; são eles: produtos de minerais não-metálicos (agregando cerâmica e indústrias de edificação), metalurgia, material de transporte, madeira, mobiliário, química, couros e peles, têxtil, vestuário e alimentação (incluída a produção de gelo, registrada sob o título de "Produção de Forças Físicas").
2. Para um maior esclarecimento sobre a construção dos indicadores, ver a Nota Metodológica no final do Apêndice Estatístico.

(1) Relação entre o valor do capital empregado em máquinas e utensílios e o número de operários. (2) Relação entre o valor da transformação industrial (exclusive transporte e frete) e o número de operários. (3) Relação entre o excedente bruto, isto é, o Valor da Transformação Industrial deduzido da soma de salários e ordenados pagos e essa mesma soma. (4) Produtos de minerais não-metálicos, agregando os ramos cerâmica e edificação. (5) A relação entre os indicadores regionais para o total da indústria corresponde à equação $(RS/SP - 1) \times 100$

Ao que parece, a indústria no Rio Grande do Sul defrontava-se com o problema do pleno emprego da força de trabalho de tal forma que, dispondo de um menor provimento de força de trabalho e pagando salários relativamente superiores aos observados em São Paulo, obtinha um maior nível de produtividade. Isso pode ser atribuído à maior utilização de máquinas e equipamentos, mas também às formas de subordinação e enquadramento da força de trabalho ocupada. Esse quadro revela que, sob critérios qualitativos (níveis salariais, níveis de produtividade, intensidade de capital), a indústria gaúcha apresentava um grau superior de desenvolvimento quando comparada à indústria paulista em 1919.⁵⁷

⁵⁷ É interessante notar que, quando estratificamos os estabelecimentos industriais da época segundo o tipo de organização jurídica, encontramos níveis regionais de produtividade (Valor Bruto da Produção por operário) superiores para a indústria gaúcha em quase todos os tipos de organização. Enquanto para os estabelecimentos registrados em nome individual, a produtividade na indústria gaúcha superava em 26,7% à da indústria paulista, nas sociedades em nome coletivo e naquelas por ações (as duas formas jurídicas mais características dos empreendimentos industriais capitalistas), a diferença dos níveis de produtividade atinha 88,2% e 9,8% respectivamente (conforme os dados apurados por ALMEIDA, 1992, a partir do Recens. BR 1920: ind. 1927, p.152-157).

Assim, há fortes indicações de que a burguesia industrial gaúcha buscava outras formas de garantir a sua margem de lucro, visto que simplesmente não podia proceder como sua congênere paulista, que pagava salários mais baixos e baseava seu desempenho em condições de trabalho relativamente piores. Apesar da ocorrência de maiores salários industriais no Rio Grande do Sul, as parcelas salariais, isto é, as partes dos valores da transformação industrial apropriadas em cada região pelos respectivos trabalhadores eram bastante próximas nas duas regiões (26,8% no Rio Grande do Sul e 27,3% em São Paulo), graças às diferenças observadas nos níveis de produtividade.⁵⁸

Uma análise de outros indicadores do desempenho das indústrias regionais permite avaliar que a indústria paulista operava com maior lucratividade em comparação com a indústria gaúcha (Tabela 9). Isto não se devia, contudo, ao fato de que os salários pagos na indústria gaúcha fossem geralmente superiores àqueles pagos em São Paulo, pois o peso dos salários no conjunto das despesas correntes de produção era mais baixo no Rio Grande do Sul do que em São Paulo (14,9% e 16,7%, respectivamente, conforme a Tabela 6 do Apêndice Estatístico). No conjunto das indústrias regionais, a maior produtividade verificada no Rio Grande do Sul era insuficiente para permitir uma maior lucratividade frente à indústria paulista.

Na verdade, mesmo que o valor agregado por operário fosse superior na indústria gaúcha, a proporção desse valor agregado no Valor Bruto da Produção era ligeiramente inferior à observada em São Paulo (35,7% contra 38,0%). Suficientemente inferior, contudo, para estabelecer uma base para as diferenças de margem e taxa de lucro em favor da indústria paulista.⁵⁹

O baixo valor agregado pela produção industrial gaúcha devia-se ao elevado peso do ramo da alimentação nessa região.⁶⁰ Essa circunstância também contribuía para o rebaixamento da taxa média de lucro bruto da indústria gaúcha, em parte devido à

⁵⁸ Os dados citados foram elaborados a partir dos dados do **Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927)**.

⁵⁹ No Apêndice Estatístico (Tabelas 6 a 8), constam, detalhadamente, diversos indicadores sobre as características do conjunto da indústria e de seus principais ramos, bem como os indicadores de lucratividade para os demais ramos da indústria.

⁶⁰ A participação desse ramo no conjunto da indústria afetava negativamente a sua lucratividade em qualquer das regiões, mas tal participação divergia substancialmente entre elas. As participações dos valores observados para o ramo da alimentação nos valores totais da indústria são as seguintes, conforme os dados do **Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927)**:

ITENS	RS	SP
Valor da Transformação Industrial	55,3	26,7
Despesas com materiais	73,5	41,1
Capital empregado (total)	66,0	23,7

(%)

própria redução da margem, mas também porque o peso desse ramo crescia sobremaneira o capital empregado no conjunto da indústria, dado o grande volume de seus estoques.⁶¹

É interessante observar que, se artificialmente excluirmos o ramo da alimentação das indústrias regionais, observam-se taxas de lucro equivalentes e uma margem de lucro superior para a indústria gaúcha (Tabela 9). Este último resultado, embora artificial, demonstra que, para o conjunto dos demais ramos da indústria, havia uma taxa de lucro equivalente e uma margem de lucro ligeiramente superior no Rio Grande do Sul. Esses resultados, contudo, não se verificam na análise de cada ramo isoladamente. Como se pode observar na Tabela 9, a lucratividade era superior para a indústria paulista no ramo do vestuário, sendo superior para a indústria gaúcha no ramo têxtil. A indústria paulista era mais lucrativa na maioria dos demais ramos.⁶² Assim, percebe-se que era o desempenho da indústria têxtil gaúcha que elevava a lucratividade geral do agregado da indústria exclusive o ramo da alimentação.

Tabela 9

Margem bruta de lucro e taxa de lucro bruto, no conjunto da indústria e em seus principais ramos, no Brasil, em São Paulo e no Rio Grande do Sul — 1919

RAMOS	MARGEM BRUTA DE LUCRO			TAXA DE LUCRO BRUTO		
	BR	SP	RS	BR	SP	RS
Todos	41,2	44,7	40,6	22,5	25,4	20,7
Todos exclusive alimentação ..	42,8	49,2	53,1	21,2	25,5	25,2
Alimentação	38,9	36,9	35,0	24,3	24,8	18,1
Têxtil	40,7	47,8	72,5	18,7	23,0	31,2
Vestuário	33,2	40,5	34,2	21,5	24,7	22,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENTEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p. 382, 406 e 408.

NOTA: A metodologia de construção dos indicadores aqui apresentados consta em nota ao final do Apêndice Estatístico.

⁶¹ Assim, enquanto no conjunto da indústria gaúcha os estoques representavam 44,9% do capital empregado, na paulista esse percentual restringia-se a 36,4%, devendo-se essa discrepância aos diferentes pesos do ramo da alimentação nas estruturas das indústrias regionais.

⁶² Para identificar os valores precisos das margens e taxas de lucro, ver o Apêndice Estatístico, Tabela 8.

No ramo têxtil, havia de fato uma superioridade técnica expressiva da indústria gaúcha sobre a paulista. A diferente estrutura desses ramos nas duas regiões faz com que a comparação destes, enquanto conjuntos regionais, revele uma lucratividade algo superior no Rio Grande do Sul.⁶³ Isso decorria da maior agregação de valor verificada na produção têxtil dessa região (50% do Valor Bruto da Produção, contra 40% em São Paulo), obtida graças a uma produtividade superior (em 25%), que pode ser atribuída à maior utilização de máquinas e utensílios por operário (30% a mais que em São Paulo). Note-se que esses resultados são verificados a despeito de o salário médio por empregado ser cerca de 21% superior na indústria têxtil gaúcha em relação à paulista.⁶⁴

De um modo geral, é possível afirmar que os condicionantes para o desempenho da indústria gaúcha, decorrentes de sua disponibilidade restrita de força de trabalho, tinham uma influência secundária na determinação geral desse desempenho, quando tal é avaliado exclusivamente pelos indicadores de lucratividade. Os salários geralmente maiores pagos pela indústria gaúcha não prejudicavam sua lucratividade relativa, pois eram mais que compensados pelos melhores índices gerais de produtividade. Na verdade, os principais fatores determinantes da menor lucratividade geral da indústria gaúcha frente à paulista eram o elevado peso, em sua estrutura por ramos, daqueles ramos industriais cuja produção agregava menos valor, bem como a manutenção de uma parcela expressiva de capital ociosa, na forma de estoques de matérias-primas e produtos.⁶⁵

5 - Epílogo

Na década de 20, despontaram importantes mudanças nas condições dos mercados de trabalho industrial, que refletiam um maior amadurecimento social e político da classe operária e as novas atitudes da burguesia industrial quanto aos sindicatos, às greves e à implantação de uma legislação do trabalho. De um modo geral, é possível assinalar que a ampliação dos contingentes operários, fruto da acelerada expansão do

⁶³ Convém advertir que tratamos sempre aqui de grandes agregados e de suas médias. Assim, em São Paulo, do total de 247 estabelecimentos têxteis, 24 (10%) ocupavam 500 ou mais operários, respondendo por 68% do emprego de operários no conjunto do ramo; no Rio Grande do Sul, do total de 20 estabelecimentos, quatro (20%) ocupavam 500 ou mais operários, correspondentes a 77% do emprego de operários nesse ramo.

⁶⁴ Ver Tabela 7 do Apêndice Estatístico.

⁶⁵ Os estoques referidos na análise compõem-se de mercadorias, produtos em transformação, matérias-primas e combustíveis. Do que se pode depreender do **Recenseamento do Brasil 1920: indústria** (1927), o montante dos estoques, não discriminado segundo as rubricas referidas, corresponde a um registro referente a uma determinada e única data (no caso, 20 de setembro de 1920). Para efeito de cálculo de uma taxa anual de lucro, o mais adequado seria uma estatística dos estoques médios mantidos ao longo do ano. Ver Nota Metodológica ao final do Apêndice Estatístico.

parque industrial, e o conseqüente crescimento das manifestações da classe operária provocaram a emergência de uma nova percepção na burguesia industrial e nas elites brasileiras e de um novo padrão das ações do Estado quanto às questões do trabalho, com o início da instituição da legislação trabalhista.

Segundo Pinheiro (1977a), o ano de 1919 e o início do ano seguinte marcaram o momento mais alto do ciclo grevista, devido à crescente articulação entre os movimentos de São Paulo e do Rio de Janeiro e à realização de inúmeras greves em um curto período. A conquista da jornada de oito horas tornava-se realidade em diversos ramos da indústria paulista. Paralelamente, emergia no movimento operário a corrente comunista, cuja influência se tornaria crescente a partir de então, sobrepujando a predominância anarco-sindicalista.⁶⁶

Em São Paulo, verificava-se também, na década de 20, uma renovação do contingente operário. Segundo Rodrigues (1966), nessa década, ampliava-se progressivamente a proporção de trabalhadores nacionais ingressos no Estado de São Paulo, embora somente a partir de 1931 essa proporção viesse a superar a de estrangeiros. Também essa renovação do contingente operário nessa região contribuiu para estabelecer uma nova conjuntura para o movimento operário.

No início da década de 20, o peso do contingente operário já era bastante significativo na população urbana. Tomando-se como referência os dois centros urbanos principais das duas regiões, no caso Porto Alegre e São Paulo, foi possível estimar que, em 1920, o peso dos operários industriais sobre o total da população ocupada em Porto Alegre era de 9,0%, enquanto atingia 15,3% na cidade de São Paulo.⁶⁷ Essas proporções são bastante expressivas, se levarmos em consideração que, em 1992, as proporções dos operários nas populações ocupadas foram estimadas em 25,0% na Região Metropolitana de Porto Alegre e em 31,8% na Região Metropolitana de São Paulo.⁶⁸

A despeito das enormes dificuldades que ainda se colocavam à organização dos trabalhadores e sem pretender superestimar a potencialidade do movimento operário ressurgido ao final da década de 20, queremos indicar que se operava uma transformação substantiva na presença da classe operária na cena social brasileira. A emergên-

⁶⁶ Os comunistas diferenciavam-se das antigas lideranças anarco-sindicalistas em muitos aspectos. Contrariamente a estes e organizados politicamente como partido, os comunistas tencionavam interferir no jogo institucional, ampliando o raio de influência dos interesses dos trabalhadores. Por outro lado, a concepção dos comunistas quanto à própria organização operária introduzia como preocupação central a unidade sindical, promovendo, assim, novas formas organizativas, mais amplas e menos corporativas, favoráveis à unificação das lutas da classe.

⁶⁷ Essas proporções refletem com boa precisão o peso efetivo dos operários industriais na população ocupada, tomando-se como referência o conceito restrito de indústria utilizado no **Recenseamento do Brasil 1920: indústria** (1927).

⁶⁸ As estimativas para 1920 baseiam-se numa combinação de dados do **Recenseamento do Brasil 1920: indústria; população** (1927, 1930). As estimativas para 1992 têm como fonte os dados brutos fornecidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, da Fundação de Economia e Estatística, bem como os dados extraídos da **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. (s.d.).

cia da questão social tornava cada vez mais inadiável a discussão das relações de trabalho e a sua regulamentação pelo Estado. Pelos mesmos motivos, na década de 20, tanto acentuou-se a repressão, quanto acelerou-se o processo de instituição das leis do trabalho.⁶⁹

O patronato do centro do País, principalmente de São Paulo, havia também, paulatinamente, mudado de atitude em relação à regulamentação do mercado de trabalho, contrariamente aos empresários do Rio Grande do Sul e à postura da bancada gaúcha no Congresso Nacional, refratários a qualquer discussão em torno do estabelecimento de leis do trabalho. A repressão policial e do próprio patronato era cada vez menos eficaz para deter as greves, que ocasionavam grandes prejuízos à produção. Portanto, a burguesia industrial paulista passava também a discutir o que já vinha sendo debatido no Congresso Nacional, ou seja, as leis sociais. Com isso, o empresariado paulista buscava aumentar a sua influência nas decisões e garantir que os seus interesses não fossem atingidos. Ao longo da década de 20, a intervenção da burguesia industrial, especialmente seu segmento situado no centro do País, no processo de formulação da legislação trabalhista passava a ser cada vez maior. O objetivo básico dessa intervenção era a limitação do alcance da nova política social.

Os embates que se travavam no Congresso em torno das leis sociais expressavam não apenas as diferentes concepções das frações regionais da burguesia industrial, como também a própria extensão das indústrias regionais e dos respectivos mercados de trabalho nas regiões. Nesse sentido, a posição dos deputados gaúchos, contrários a qualquer forma de interferência do Estado nas relações de trabalho, refletia o posicionamento de uma burguesia regional que comandava uma indústria de menores dimensões e com uma classe operária numericamente inferior e politicamente mais frágil do que a paulista. Em São Paulo, as primeiras propostas dos empresários quanto a alguma forma de intervenção do Estado nas relações de trabalho já haviam surgido em 1912 (PESAVENTO, 1991). A nosso ver, a força relativamente superior do movimento operário nessa região implicou o extravasamento da questão operária para fora do âmbito das fábricas, induzindo os empresários a reconhecerem a necessidade de uma regulamentação e a tentarem direcionar o ordenamento legal das relações de trabalho.

Um aspecto importante a ser referido em todo esse processo foi salientado por Gomes (1979). No momento em que foi possível perceber que a jornada de oito horas de trabalho se tornava uma conquista inevitável dos trabalhadores, as próprias entidades patronais passaram a pressionar o poder público para que essa medida fosse implantada em todos os setores e regiões. Parece evidente que as motivações dessa postura se inscrevem no âmbito da concorrência intercapitalista, pois a existência de jornadas de

⁶⁹ Pinheiro (1977a) chama atenção para a dupla característica do Governo Artur Bernardes, ao final da Primeira República, pois foi o que promoveu a mais intensa repressão e as maiores iniciativas de intervenção nas relações de trabalho, inclusive através da tentativa de estabelecer uma política sindical, contatando lideranças operárias e apoiando algumas associações.

trabalho diferenciadas seria benéfica àqueles setores e/ou regiões que mantivessem uma jornada de trabalho mais extensa.⁷⁰

As primeiras leis sociais surgiram a partir de 1919, quando foi estabelecida a lei regulamentando os acidentes de trabalho. Em 1923, foi aprovada a lei Eloi Chaves, que firmava a estabilidade no emprego e instituía a caixa de aposentadoria e pensão para os ferroviários, marcando o início da atuação do Estado na previdência social. Em 1925, era aprovada a lei de férias para os comerciários, e, em 1927, surgiu o código que regulava o trabalho dos menores.

A consideração da presença crescente da classe operária como ator social relevante, manifesta no ciclo de greves 1917-19, parece-nos, portanto, ser a chave para a compreensão do significado não apenas das primeiras leis sociais da década de 20, como também da continuidade e da extensão desse processo de ordenamento do mundo do trabalho até o momento decisivo de sua constituição, após 1930. Os embates travados a esse respeito no Parlamento à época sintetizam, em termos institucionais, um jogo de forças sociais, no qual a classe operária desempenhou um papel fundamental. Não exatamente porque suas organizações sociais e políticas ou suas manifestações pudessem determinar ativa e conscientemente o caráter da legislação que seria estabelecida, mas, primordialmente, porque sua presença social crescente se constituía na motivação básica dessa discussão, cujas premissas e resultados se vinculavam à necessidade de enquadrar essa classe numa nova ordem social, disciplinadora das relações de trabalho.

Conclusão

As diferentes trajetórias do processo de transição capitalista nas regiões do Rio Grande do Sul e de São Paulo condicionaram de maneira decisiva uma configuração heterogênea dos mercados e das relações de trabalho nas indústrias dessas duas regiões. A indústria paulista emergia no início do século, dispondo de um amplo contingente de força de trabalho, pois a imigração promovida pelos interesses do café desenvolvera relações de assalariamento no campo, favorecendo a formação de um mercado de trabalho para a indústria. No Rio Grande do Sul, a estrutura de propriedade das terras permitira apenas um escasso provimento de força de trabalho à indústria nascente, provocando um diferencial de salários industriais/rurais superior ao observado na outra região.

A caracterização das condições dos mercados e das relações de trabalho nas duas regiões permitiu-nos assinalar que a indústria gaúcha surgiu e se desenvolveu no início

⁷⁰ É possível observar aqui também a importância do custo da força de trabalho no que tange à concorrência entre os capitais industriais estabelecidos.

deste século, operando em condições próximas ao pleno emprego da força de trabalho industrial. Numa situação de disputa por força de trabalho, os industriais gaúchos adotaram práticas assistencialistas de cunho ideológico, que ensejaram relações de trabalho com menor grau de conflito, bem como melhores condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores do que as observadas na indústria paulista. Essa situação parece ter condicionado o desempenho da indústria gaúcha de forma a ampliar a produtividade do trabalho e os níveis de utilização de máquinas e utensílios por operário nos estabelecimentos fabris. Em decorrência, foi possível à indústria gaúcha obter uma taxa de exploração da força de trabalho ocupada equivalente à da indústria paulista, visto que os maiores níveis de produtividade suplantavam as disparidades regionais de salário. Revela-se, dessa forma, a capacidade da burguesia industrial gaúcha em submeter os seus trabalhadores industriais, pois, ao contrário do que se poderia esperar, a indústria gaúcha pôde desenvolver-se com um mercado de trabalho restrito, apresentando características de um desenvolvimento social qualitativamente superior ao da indústria paulista.

Na região de São Paulo, a maior proletarização da força de trabalho permitia à indústria operar baseada em piores condições de trabalho e salários inferiores, graças ao emprego proporcionalmente mais numeroso de mulheres. As práticas assistencialistas também eram adotadas pela burguesia industrial paulista, porém em menor grau, pois as relações de trabalho na indústria dessa região assumiam um caráter mais conflituoso. Esse caráter ensejou, desde cedo, a organização sindical de trabalhadores e industriais, de sorte a promover uma maior estruturação, mesmo no âmbito privado, do conflito de classes. Isso se refletiu, ao final da Primeira República, na maior aceitação da presença dos sindicatos de trabalhadores nas negociações junto às organizações patronais, bem como na inserção efetiva da burguesia industrial paulista na definição das leis trabalhistas. Por outro lado, o maior dinamismo da indústria paulista, que gerava um produto e empregava um contingente de trabalhadores equivalentes ao triplo da indústria gaúcha, permitia-lhe obter uma lucratividade superior.

Como foi possível observar, a heterogeneidade regional das estruturas de mercado de trabalho industrial na Primeira República é o traço marcante da análise comparativa apresentada neste ensaio. Contudo foi possível verificar a característica comum de elevada concentração das indústrias regionais, indicando que um mesmo tipo de industrialização, definido pela utilização de uma base técnica mecanizada, se desenvolvia nas duas regiões. Provavelmente, tais características da indústria nascente atuavam, já em 1920, como um fator que tendia a aproximar as condições regionais dos mercados de trabalho industrial.

Por outro lado, as diferenças de atitude das administrações públicas estaduais quanto às relações de trabalho tendiam a diluir-se, na medida em que se anunciava, desde a década de 20, a emergência do Estado Nacional como organizador das relações de trabalho. A implantação das leis sociais passava também a contribuir para a transformação das condições regionais dos mercados de trabalho industrial. Será necessário, portanto, elucidar até que ponto esta e outras mudanças passaram a descaracterizar, parcial ou totalmente, as peculiaridades que existiam nesses mercados.

Apêndice Estatístico

Tabela 1

Freqüências relativas de aparecimento de profissões assalariadas nas cidades com zona rural, segundo o tipo de relação de assalariamento, no Rio Grande do Sul e em São Paulo — 1919

(%)

PROFISSÕES	TODOS OS TIPOS (1)		COM SUSTENTO	
	Rio Grande do Sul	São Paulo	Rio Grande do Sul	São Paulo
Arador	72,8	81,0	67,3	62,5
Carpinteiro	85,5	98,7	65,5	72,4
Carreiro	58,2	90,8	54,5	73,7
Carroceiro	72,7	94,8	69,1	71,7
Cortador de cana	21,8	69,1	21,8	48,7
Derrubador de madeira.	61,8	80,3	52,7	55,9
Ferreiro	87,3	86,9	62,8	58,6
Lenhador	80,0	85,6	54,5	42,8
Oleiro	74,5	81,6	63,6	49,3
Pedreiro	90,9	98,0	60,0	67,1
Roçador de mato	70,9	90,8	54,5	55,9
Ordenhador	45,5	50,7	45,5	50,7
Tropeiro	56,4	48,0	56,4	44,7
Vaqueiro	70,9	53,9	70,9	53,9
Trabalhador de enxada (homens adultos) ..	87,3	92,8	80,0	72,4
Trabalhador de enxada (mulheres adultas) .	67,3	72,4	63,6	53,9
Trabalhador de enxada (menores de 16 anos)	76,4	77,6	69,1	57,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro.

- NOTA: 1. Percentual de cidades em que ocorria o emprego assalariado nas profissões em relação ao número total de cidades com zona rural.
2. O Recenseamento de 1920 investigou os salários normalmente pagos nas cidades com zona rural de todo o País, sendo o número delas igual a 55 no Rio Grande do Sul e 152 em São Paulo.

(1) Freqüência relativa de aparecimento do emprego assalariado nas cidades, considerados todos os tipos de relação salarial: com e sem sustento e por tarefa.

Tabela 2

Média das relações entre os salários médios na indústria e os salários normais de 10 profissões na zona rural, para trabalhadores homens adultos, no Rio Grande do Sul e em São Paulo — 1919

RAMOS DA INDÚSTRIA	SÃO PAULO	RIO GRANDE DO SUL
Têxtil	1,116	1,334
Alimentação	1,094	1,077
Vestuário	1,243	1,280
Total da indústria	1,151	1,160

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro. p. 355-417; XXV-XXVII.

- NOTA: 1. O dado apresentado representa uma média das relações salariais observadas no confronto dos salários médios da indústria com cada uma das 10 profissões rurais.
2. As 10 profissões rurais selecionadas são as mais frequentes ou representativas do assalariamento na zona rural das duas regiões. São elas: carpinteiro, pedreiro, ferreiro, trabalhador de enxada, carreiro, carroceiro, oleiro, arador, tropeiro e vaqueiro.

Tabela 3

Distribuição dos ocupados com declaração de profissão, segundo o setor de ocupação profissional, em Porto Alegre e São Paulo — 1919 (%)

SETORES	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO
Indústria (1)	30,9	41,7
Serviços (2)	19,9	19,7
Comércio	18,4	12,7
Agricultura	13,9	5,2
Exploração do subsolo ..	0,3	0,8
Setor público (3)	8,7	4,5
Indefinido	8,0	15,5
TOTAL	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: população (1930). Rio de Janeiro. v.4, pt.5., t.1.

- (1) Inclusive a construção civil. (2) Inclui transporte, administração privada, profissionais liberais e serviços domésticos. (3) Inclui força pública e administração pública.

Tabela 4

Salários diários médios na indústria, por ramos de produção, e salários diários normais nas zonas rurais, por profissão, segundo sexo e idade no Rio Grande do Sul e em São Paulo — 1919

(em réis)

SETOR DE ATIVIDADE E RAMO OU PROFISSÃO	MAIORES DE 16 ANOS				MENORES DE 16 ANOS	
	Homens		Mulheres		Rio Grande do Sul	São Paulo
	Rio Grande do Sul	São Paulo	Rio Grande do Sul	São Paulo		
Indústria						
Todos os ramos	6.117	5.909	3.567	4.363	2.438	2.188
Têxtil	7.035	5.729	4.062	4.684	2.345	2.249
Alimentação	5.679	5.616	3.011	3.567	2.273	2.181
Vestuário	6.748	6.382	4.176	3.467	2.954	1.915
Química	4.701	5.729	2.807	2.922	2.485	2.030
Metalurgia	7.384	6.986	3.040	3.232	2.614	2.488
Material de transporte ..	7.057	6.475	4.824	3.625	2.656	1.738
Madeira	5.067	5.796	1.500	4.000	3.068	2.291
Mobiliário	7.761	6.618	2.682	2.807	2.359	2.023
Couros e peles	6.026	5.449	2.000	3.500	1.750	1.883
Cerâmica	5.852	5.662	3.073	2.964	2.576	1.975
Edificação	6.630	6.280	-	3.500	1.917	1.754
Zonas rurais (1)						
Trabalhador de enxada ..	4.094	3.944	3.197	2.640	2.293	1.805
Arador	4.583	5.391
Carpinteiro	8.511	7.777
Carreiro	4.266	4.304
Carroceiro	4.337	4.374
Ferreiro	7.896	7.569
Oleiro	5.737	6.000
Pedreiro	8.590	7.597
Tropeiro (2)	6.935	4.062
Vaqueiro	3.450	4.115

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro.

(1) Assalariamento "a seco" (sem sustento). (2) Exclusive os casos em que o tropeiro fornece o animal para transporte, elevando o pagamento em 65% em média; dentre todas as unidades da Federação, somente para o Rio Grande do Sul constam casos desse tipo.

Tabela 5

Distribuição dos operários com 16 anos ou mais, por sexo, segundo faixas salariais, no conjunto da indústria, em São Paulo e no Rio Grande do Sul — 1919.

FAIXAS DE SALÁRIO DIÁRIO (mil réis)	SÃO PAULO		RIO GRANDE DO SUL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	Até 2,9	3	16	3
De 3 a 3,9	8	23	7	21
De 4 a 5	40	39	41	31
De 6 a 7,9	32	20	26	3
8 e mais	17	2	23	6
TOTAL	100	100	100	100

FONTE: RECENTSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro. quadro I, p.4-31.

Tabela 6

Indicadores da produção no conjunto da indústria do Brasil, São Paulo e Rio Grande do Sul — 1919-20

INDICADORES	BR	SP	RS
Taxa de lucro bruto (%)	22,5	25,4	20,7
Margem bruta de lucro (%)	41,2	44,7	40,7
Taxa de exploração	2,49	2,67	2,73
Produtividade (VTI/operários) (mil réis)	4 433	4 980	5 664
Salário médio total anual (mil réis)	1 184	1 272	1 400
Intensidade de capital (mil réis)	2 032	1 726	2 167
Composição do capital empregado (%)			
Máquinas e utensílios	30,8	27,0	21,3
Terras e edifícios	33,4	36,6	33,8
Estoques	35,8	36,4	44,9
Composição das despesas (%)			
Salários e ordenados	16,5	16,7	14,9
Materiais	79,7	80,1	81,3
Transporte e fretes	3,8	3,2	3,8
Relação capital/produto			
Total	1,49	1,28	1,79
Máquinas e utensílios	0,458	0,345	0,383
Proporção do Valor Agregado (VTI/VBP) (%)	36,6	38,0	35,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENTSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p.196, 250, 269, 271, 382, 406, 408.

NOTA: Para um esclarecimento sobre a construção dos indicadores, ver a Nota Metodológica ao final deste Apêndice.

Tabela 7

Indicadores da produção das indústrias da alimentação, têxtil e vestuário em São Paulo e no Rio Grande do Sul — 1919-20

INDICADORES	ALIMENTAÇÃO		TÊXTIL		VESTUÁRIO	
	SP	RS	SP	RS	SP	RS
Taxa de lucro bruto (%)	24,8	18,1	23,0	31,2	24,7	22,3
Margem bruta de lucro (%)	36,9	35,0	47,8	72,5	40,5	34,2
Taxa de exploração	4,89	3,63	2,56	2,63	1,74	1,75
Produtividade (VTL/operários) (mil réis)	9.917	7.333	3.907	4.883	4.039	3.915
Salário médio total anual (mil réis)	1.455	1.442	1.058	1.277	1.358	1.303
Intensidade de capital (mil réis)	3.307	2.771	1.836	2.290	768	841
Composição do capital empre- gado (%)						
Máquinas e utensílios	29,2	17,6	28,6	35,1	18,8	21,4
Terras e edifícios	38,2	35,0	36,2	23,3	20,9	10,6
Estoques	32,6	47,4	35,2	41,6	60,3	68,0
Composição das despesas (%)						
Salários e ordenados	7,6	9,6	18,7	27,5	23,2	19,6
Materiais	89,3	86,8	78,5	70,3	74,9	78,3
Transporte e fretes	3,2	3,6	2,8	2,2	1,9	2,1
Relação capital/produto						
Total	1,14	2,14	1,64	1,39	1,01	1,00
Máquinas e utensílios	0,334	0,378	0,470	0,489	0,190	0,215
Proporção do Valor Agregado (VTL/VEP) (%)	30,8	30,9	39,9	50,0	38,9	34,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p. 250, 269, 271, 382, 406, 408.

NOTA: Para um esclarecimento sobre a construção dos indicadores, ver a Nota Metodológica ao final deste Apêndice.

Tabela 8

Margem bruta de lucro e taxa de lucro bruto em diversos ramos da indústria, em São Paulo e no Rio Grande do Sul — 1919-20

RAMOS	MARGEM DE LUCRO		TAXA DE LUCRO	
	SP	RS	SP	RS
Química	62,1	60,1	32,8	31,7
Madeira	53,8	62,6	19,7	23,8
Metalurgia	49,1	36,9	27,0	17,5
Material de transporte	49,6	47,1	32,8	22,9
Minerais não-metálicos	82,1	72,6	43,8	36,2
Mobiliário	39,6	32,6	24,0	18,0
Couros e peles	33,2	40,0	16,5	22,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p. 250, 269, 271, 382, 406, 408.

NOTA: Para um esclarecimento sobre a construção dos indicadores, ver a Nota Metodológica ao final deste Apêndice.

Notas Metodológicas

Esta Nota esclarece a metodologia utilizada para o cálculo dos indicadores apresentados na Tabela 9 e nas Tabelas 6 a 8 deste Apêndice e cuja elaboração implicou, além da utilização direta dos dados fornecidos pelo Censo Industrial de 1920, a definição de conceitos e critérios de cálculo.

Valor da Transformação Industrial (VTI): corresponde ao saldo do Valor Bruto da Produção (VBP) informado no Censo após a dedução das despesas com materiais (matérias-primas, combustíveis e outros) e com transporte e fretes.

Excedente Bruto: corresponde ao saldo do VTI após a dedução das despesas com salários e ordenados.

Margem Bruta de Lucro: relação entre o excedente bruto e a soma das despesas com materiais, transporte e fretes e salários e ordenados.

Taxa de Lucro Bruto: relação entre o excedente bruto e a soma das despesas consideradas no cálculo da margem bruta de lucro acrescidas do valor total do capital empregado. Trata-se, aqui, de uma estimativa que reduz a lucratividade efetiva, pois os dados para o excedente bruto e para as despesas referem-se aos fluxos anuais de 1919, enquanto os dados para o capital empregado são de setembro de 1920. Estes últimos dados devem estar expressos num nível de preços provavelmente superior aos demais, devido à inflação ocorrida entre 1919 e 1920.

Taxa de Exploração: relação entre o excedente bruto e as despesas com salários e ordenados. A soma dessas parcelas corresponde ao VTI.

Produtividade: resulta da divisão do VTI pelo número de operários ocupados na sua geração; indica o valor agregado por operário.

Salário Médio Total Anual: resulta da divisão do valor total das despesas com salários e ordenados pelo número de empregados ocupados.

Intensidade de Capital: valor da parcela do capital empregado referente apenas a máquinas e utensílios dividido pelo número de operários ocupados.

Relação Capital/Produto: Total, valor total do capital empregado dividido pelo VTI; e **Máquinas e Utensílios,** valor da parcela do capital empregado referente apenas a máquinas e utensílios dividido pelo VTI.

Bibliografia

- AGNES, Sílvia Clara (1990). **A questão do geral e do específico na historiografia latino-americana:** análise do processo de constituição de mão-de-obra industrial em Pelotas/ Rio Grande e cidade do México. Porto Alegre: UFRGS/ IFCH.
- ALMEIDA, Pedro (1992). **A dinâmica de expansão da indústria no Rio Grande do Sul: 1930-1951.** Campinas: UNICAMP/IE. (Dissertação de mestrado em elaboração)
- BANDEIRA, Pedro S. (1984). A produção gaúcha na economia nacional: resposta crítica. **Ensaio FEE,** Porto Alegre, v.4, n.2, p.137-149.

- BODEA, Miguel (s.d.) **A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho.** Porto Alegre, L&PM.
- CANO, Wilson (1990). **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: Hucitec.
- GOMES, Angela M. C. (1979). **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937.** Rio de Janeiro: Campus.
- GORENDER, Jacob (1988). **A burguesia brasileira.** São Paulo: Brasiliense.
- HARDMANN, Francisco Foot, LEONARDI, Victor (1991). **História da indústria e do trabalho no Brasil.** São Paulo: Ática.
- LABINI, Paolo Sylos (1986). **Oligopólio e progresso técnico.** São Paulo: Nova Cultural. (Apêndice A)
- LINHARES, Maria Y. L., SILVA, Francisco C. T. da (1979). **História política do abastecimento: 1918-1974.** Brasília: BINAGRI.
- MARÇAL, João Batista (1985). **Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo.
- MARÇAL, João Batista (1986). Como nasceu a comemoração do primeiro de maio no RS. **Revista Sul,** Porto Alegre: Proletra, n.9, maio.
- MARX, Karl (1984). **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural. v.1, t.2. (Livro primeiro)
- MASSEY, Doreen (1984). **Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production.** New York: Methuen. cap.1 e 2.
- MELLO, J. M. Cardoso de (1982). **O capitalismo tardio.** São Paulo: Brasiliense.
- PESAVENTO, Sandra J. (1988). **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho, RS: 1889-1930.** Porto Alegre: Mercado Aberto.
- PESAVENTO, Sandra J. (1989). **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa.** Porto Alegre: UFRGS/FAPERGS.
- PESAVENTO, Sandra J. (1990). **O cotidiano da República: elites e povo na virada do século.** Porto Alegre: UFRGS.
- PESAVENTO, Sandra J. (1991). **Da República velha à República nova: a inserção gaúcha no mercado nacional, o empresariado e a questão social.** Porto Alegre. (Palestra na Sociedade de Economia do RS)
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (s.d.) São Paulo: SEADE/DIEESE. n.80-82.
- PETERSEN, Sílvia R. F. (1979). As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: CÉSAR, Guilhermino et al. **RS economia e política.** Porto Alegre: Mercado Aberto.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1977a). O proletariado industrial na primeira República. In: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Difel. v.2, t.3, cap.4.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1977b). **Política e trabalho no Brasil: dos anos 20 a 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. v.5, pt.1.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: população (1930). Rio de Janeiro. v.4, pt.5.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro. v.5, pt.2.
- REICHEL, Heloísa J. (1978). **A indústria têxtil do Rio Grande do Sul: 1910 a 1930**. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1966). **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel.
- SILVA, Sérgio (1986). **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega.
- SINGER, Paul (1968). Porto Alegre. In: --- **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro: Editora Nacional.
- STEINDL, Josef (1990). **Pequeno e grande capital: problemas econômicos do tamanho das empresas**. São Paulo: Hucitec/UNICAMP. cap.5.
- TARGA, L. C. Pecoits (1988). O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.9, n.2, p.147-158.
- TARGA, L. C. Pecoits (1991). As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil - incluindo no que e por que discordamos de F.H.C. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.12, n.2, p.445-480.
- VIANNA, Luiz Werneck (1978). **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Abstract

This essay studies the regional markets of industrial labour in two Brazilian regions, during the so-called period of Primeira República (1889-1930). It identifies the existence of near full employment of the labour force in the region of Rio Grande do Sul, where, as compared to the region of São Paulo, better work and rewards conditions were observed. These conditions, however, did not jeopardize the relative industrial performance of the former region: its productivity and capital intensity levels were bigger than those of São Paulo, overcoming the disadvantage associated with bigger wages costs.